



*Handwritten signature and initials*

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diario Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXII — 66.º DA REPÚBLICA — N. 17.924

BELEM — SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1955

## SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 30 DE MAIO  
DE 1955

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o bacharel Flávio Maroja para exercer, interinamente, o cargo de Corregedor do Ministério Público, do Quadro Único criado pela Lei n. 1.384, de 7-3-55.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de maio de 1955.  
Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO  
Governador do Estado  
Arthur Cláudio Mello  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO  
DE 1955

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Aversina Soares Coutinho para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão, classe C, do Quadro Único lotado no Departamento do Pessoal, vago com a promoção de Maria Carmen Silva para a classe D.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de maio de 1955.  
Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO  
Governador do Estado  
Arthur Cláudio Mello  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO  
DE 1955

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria Carmen da Silva para exercer, efetivamente, o cargo de Oficial Auxiliar, padrão F, do Quadro Único, lotado no Departamento do Pessoal, vago com a nomeação de Maria de Nazareth Brandão Lima para o cargo de Oficial Administrativo.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de maio de 1955.  
Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO  
Governador do Estado  
Arthur Cláudio Mello  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO  
DE 1955

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Terezinha da Conceição Aguiar Valente para exercer, interinamente, o cargo de Arquivista, padrão F, do Quadro Único, lotado no Departamento do Pessoal, atualmente vago.

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de maio de 1955.  
Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO  
Governador do Estado  
Arthur Cláudio Mello  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

## SECRETARIA DE ESTADO DO DE EDUCACAO E CULTURA

DECRETO DE 31 DE MAIO  
DE 1955

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o

art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a normalista Raimunda Itala Mendes Felipe para exercer, interinamente, o cargo de professor de 2a. entrada, padrão C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar de Igarapé-Açu.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de maio de 1955.

Gen. Ex. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO  
Governador do Estado  
Achilles Lima  
Secretário de Educação e Cultura  
BELEM

## SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça. Em 30-5-55.

Petição: 0712 — Manoel Porfírio Sobrinho, adjunto de promotor público, no Município do Guamá, pedindo efetividade — Opine o D. P.

Ofícios: N. 352-SE, do Departamento Estadual de Segurança Pública, remetendo cópia do ofício de delegação de polícia de Maracanã, sobre o prédio onde funciona a dita Delegacia. — Ao DESP, para dar conhecimento à Delegacia de Maracanã das providências tomadas e devolver.

N. 476, da Assembléia Legislativa, versando sobre o crédito para o funcionamento das Escolas Normais Regionais do Interior — Informe-se à A. Legislativa, com base no despacho da S. F.

N. 843, da Shell Brasil, Ltd., nesta cidade, sobre o ornecimento de óleo lubrificante — Ao Serviço de Transporte do Estado, para indicar outra marca de óleo.

N. 238, do Tribunal de Contas do Estado, comunicação referente ao ofício 302-55, sobre o pedido de Crs 17.840,00, em favor da firma Aguiar & Cia., desta praça — Ao D. A. M., para atender.

N. 618, do Departamento do Pessoal, solicitando a restituição dos contratos de Malaquias R. da Silveira, Geraldo Pinto M. Tavares Lourenço T. Lobato, do D. E. S. F. e do Asilo D. Macedo Costa — Ao D. E., para atender.

N. 250, do Tribunal de Contas do Estado, sobre a remessa de um exemplar da "Revista" do T. C. E. — Agradecer e arquivar.

S/n., da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia, comunicação de instalação do Município — Agradecer e arquivar.

N. 23, da Procuradoria Geral do Estado, acusando o recebimento de ofício — Ao Gabinete.

S/n., da Secretaria de Finanças, remessa de empenho, referente ao mês de maio — Ao "dos-siê".

N. 133-SA, do Departamento Estadual de Segurança Pública, faz comunicação — Ciente. Arquivar-se.

## SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

### DEPARTAMENTO DE RECEITA

Em 1-6-1955.

Processos:

N. 2918, de J. S. Pereira — Diga

o Serviço de Mecanização.

N. 2219, de Waldemar Monteiro — Cobre-se com o acréscimo de 10 por cento, observadas as

instruções contidas no ofício n.

335-55 da Secretaria de Finanças. A Secção de Fiscalização.

N. 3007, de S. A. White Martins — A vista das informações, processe-se a restituição da diferença paga a maior da importância de seis mil cento e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos. A Contadoria.

N. 3306, de José Maria de Melo Negrão — A 1a. e à 2a. Secção, para as devidas anotações.

N. 3303, de A. Dória & Cia. — A Secção de Fiscalização.

N. 3304, de Philadelpho de Souza Barriga — Ciente, arquivar-se na Secretaria.

N. 3303, de Raimundo Gomes da Costa — Ao conferente do Cais, para assistir a baldeação e informar.

N. 3143, de São José de Ribamar Industrial Ltda. — A 1a. Secção, para liquidar o depósito e à 2a. para pagamento do serviço remunerado.

N. 3041, de São José de Ribamar Industrial Ltda. — A 1a. Secção, para liquidar o depósito e à 2a. para pagamento do serviço remunerado.

N. 303, do Fomento Agrícola — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

N. 678, dos Snapp — Embarque-se.

N. 631, do Departamento do Pessoal — A Contadoria e à Secção, para as devidas anotações.

N. 3302, de Hermenegildo Horácio da Mota Araújo — A Secção, para os devidos fins.

N. 3303, de Hermenegildo Horácio da Mota Araújo — A Secção, para os devidos fins, informações e parecer.

N. 107, do Serviço de Alimentação da Previdência Social — Ao chefe do Posto Fiscal, para cobrança do imposto devido pelo vendedor.

N. 1533, do Escritório Dr. Borges Leal — A vista da informação, processe-se a estatística.

N. 3309, da Importadora de Ferragens S. A. — Verificado, embarque-se.

N. 3308, de Basílio Valente Mendonça — Certifique-se.

S/n., do Departamento de Administração — Embarque-se.

N. 3114, de Luiz de Castro Moura — A 1a. Secção, para processar o depósito.

N. 3315, de Francisco Ferreira Dantas — A 1a. Secção, para processar o depósito.

N. 3310, de Jorge Bechara — Verificado, embarque-se.

N. 63, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — Dada baixa no manifesto geral, entregue-se.

N. 3311, de Nicolau da Costa & Cia. Ltda. — A Secção de Fiscalização.

Ns. 3312, de Paulo C. Bastos Melo; e 3313, de Paulo C. Bastos Melo — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 3319, da Força e Luz do Pará S. A. — Ao chefe da Fiscalização do litoral, para atender devendo ser cobrado o imposto devido pelo produtor ou fabricante.

N. 3289, de S. L. Aguiar & Cia. — Dê-se ciência ao interessado.

N. 3317, de Siramaya & Cia. — A Secção de Fiscalização.

N. 3316, de Adauto Aquino Freire — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 3318, de Rocha Faicão & Cia. — Diga a Secção de Fiscalização.



## GOVERNO DO ESTADO DO PARA

Governador do Estado:

General de Exército ALEXANDRE ZACARIAS  
DE ASSUMÇÃO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. ARTHUR CLAUDIO MELO

Secretário de Finanças:

Dr. J. J. ABEN-ATHAR

Secretário de Saúde Pública:

Dr. ANIBAL MARQUES DA SILVA  
Respondendo pelo Expediente

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura:

Dr. ACHILLES LIMA

Secretário de Produção:

Dr. BENEDITO CAETÉ FERREIRA

As Reparações Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

—As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.

IMPRENSA OFICIAL  
DO ESTADO DO PARA

## EXPEDIENTE

Rua do Una, 32 — Telefone. 3262

PEDRO DA SILVA SANTOS  
Diretor GeralArmando Braga Pereira  
Redator-chefe:

## Assinaturas

## Belém:

Anual .....	260,00
Semestral .....	140,00
Número avulso .....	1,00
Número atrasado, por ano .....	1,50
Estados e Municípios:	
Anual .....	300,00
Semestral .....	150,00

## Exterior:

Anual .....	400,00
-------------	--------

## Publicidade

1 Página de contabilidade, por 1 vez ..	600,00
Página, por 1 vez ..	600,00
1/2 Página, por 1 vez ..	300,00
Centímetros de colunas:	
Por vez .....	6,00

dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

—A matéria paga será recebida das 8 às 15,30 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

—Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época por seis meses ou um ano.

—As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas

assinaturas, na parte superior ao endereço vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

—As Reparações Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

—A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

—Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

—O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

## JUNTA COMERCIAL

DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. DR. DURANTE O PERÍODO DE 16 A 22 DE ABRIL DE 1955

Autorização para comerciar

1 — Otto Luiz Hiltner, brasileiro, casado, médico, pedindo o registro da escritura pública de autorização, para comerciar, que outorga a sua esposa dona Elizabeth Gall Hiltner: — Registre-se.

## Atas

2 — Antonio Barbosa Ferreira Vidigal, pedindo o arquivamento do Diário Oficial do Estado, edição de 13 do corrente, que publicou a Ata da Assembléia Geral de constituição da Companhia de Gas do Para, com a nota de seu arquivo nesta Junta: — Arquite-se.

3 — Auto Volante S. A., pedindo o arquivamento do Diário Oficial do Estado, edição de 26 de Março de 1955, que publicou a Ata de sua Assembléia Geral ordinária aprovando o relatório da Diretoria: — Arquite-se.

4 — Alberto C. Martins de Barros, pedindo o arquivamento do Diário Oficial de 10 do corrente, que publicou a Ata da Assembléia Geral Ordinária da Companhia Paraense de Latex, realizada em 30 de março de 1955, aprovando o relatório da Diretoria: — Arquite-se.

5 — Ferreira Gomes, Ferragista, S. A., pedindo o arquivamento do Diário Oficial de 13 do corrente, que publicou a Ata de sua Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 1955 aprovando o relatório da Diretoria: — Arquite-se.

6 — Fábrica União Indústria e Comércio S. A., pedindo o arquivamento da Ata de sua Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 2 do corrente, para aumento do capital social de Cr\$ 10.000.000,00 para Cr\$ 15.000.000,00: — Arquite-se.

7 — Sociedade Anônima 'Bitar Irmãos', pedindo o arquivamento do Diário Oficial do Estado, que publicou a Ata de sua Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de março de 1955: — Arquite-se.

8 — Theophile Hoedt, pedindo o arquivamento do Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 23 de janeiro de 1955, que publicou a Ata da Nonagésima Primeira Reunião da Diretoria de Pirelli S. A., Companhia Industrial Brasileira, com sede na cidade de São Paulo: — Arquite-se.

## Relatórios

9 — Ferreira Gomes, Ferragista, S. A., pedindo o arquivamento do Diário Oficial do Estado, edição de 26 de março de 1955, que publicou o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal: — Arquite-se.

10 — Sociedade Anônima 'Bitar Irmãos', pedindo o arquivamento do Diário Oficial do Estado, de 3 de março de 1955, que publicou o relatório da diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal: — Arquite-se.

## Contratos

11 — W. Pereira & Cia., firma comercial, estabelecida nesta cidade à avenida 15 de Agosto, Edifício Renascença, apt. 701, pedindo o arquivamento do seu contrato particular de constituição, com Cr\$ 60.000,00, para o negócio de Representações, Comissões e Conta Própria, sem filial, prazo indeterminado, entre partes: — Wanda Pereira Marques e Walena Pereira dos Santos, brasileiras, casadas: — Arquite-se.

12 — Batista & Cia. Ltda., firma comercial desta praça, pedindo o arquivamento do seu contrato particular de constituição, com Cr\$ 1.200.000,00 de capital, para a exploração da Cantina da Aeronáutica de Belém, situada em Val-de-Cães, nesta cidade, sem filial, prazo indeterminado, entre partes: — José de Castro Batista e Mario Tocantins

Lobato, brasileiros, casados, comerciantes: — Arquite-se.

## Alterações

13 — Ventura & Filho, pedindo o arquivamento da escritura particular de alteração do seu contrato social, pelo aumento do seu capital de Cr\$ 100.000,00 para Cr\$ 400.000,00, permanecendo, inalterados, sede, quadro social, negócio explorado e quadro social: — Arquite-se.

14 — Pereira Pinto & Cia., pedindo o arquivamento da escritura pública de alteração do seu contrato, pelo aumento do capital social de Cr\$ ..... 2.400.000,00 para Cr\$ ..... 3.000.000,00: — Arquite-se.

## Dissoluções

15 — Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau, advogado, pedindo o arquivamento da escritura particular de dissolução da sociedade mercantil Perfumaria Pinheiro Ltda.: — Arquite-se.

16 — Valdemar Conde Cid, sócio da firma Conde & Soares, pedindo o arquivamento da dissolução do contrato social da referida firma: — Arquite-se.

## Firmas Coletivas

17 — W. Pereira & Cia. Batista & Ltda., pedindo respectivamente, o registro dessas firmas: — Registre-se, arquivado o contrato social.

## Firmas Individuais

18 — Antonio Neves Ribeiro, português, casado, pedindo o registro da firma A. Neves, de que é responsável; Capital: Cr\$ ..... 50.000,00; Negócio explorado: Botequim; Endereço: Av. Portugal, n.º 49, nesta cidade: — Registre-se.

19 — Raimundo Rodrigues Pereira, brasileiro, solteiro, pedindo o registro da firma R. Rodrigues Pereira, de que é responsável; capital: — Cr\$ 50.000,00. Negócio explorado: — Representações e Conta Própria; endereço: — Rua de Santo Antonio, n.º 4: — Registre-se.

20 — I. S. Pinto, pedindo o seu registro com Cr\$ 100.000,00 de capital, para o comércio de Peças e Acessórios, à avenida Nazaré, n.º 540, responsável Izidro dos Santos Pinto, português, casado: — Registre-se.

21 — Nelson de Araujo Bezerra, brasileiro, casado, pedindo o registro da firma N. A. Bezerra, de que é responsável. Capital: — Cr\$ 500.000,00; negócio explorado: — Compra e venda de combustíveis; endereço: — Avenida Independência, n.º 130: — Registre-se.

## Averbações

22 — Farmácia 'Para Todos Ltda.', pedindo para averbar no seu registro que a socia Maria Virginia dos Santos Caminha, não faz uso da denominação social, de acordo com o seu contrato de constituição: — Averbe-se.

23 — Pereira Pinto & Cia., pedindo para averbar no seu registro o aumento do seu capital de Cr\$ 2.400.000,00 para Cr\$ 3.000.000,00: — Averbe-se.

24 — Ventura & Filho, pedindo para averbar no seu registro o aumento do seu capital de Cr\$ 100.000,00 para Cr\$ 400.000,00: — Averbe-se.

25 — Francisco M. Ferreira, pedindo para averbar no seu registro o aumento do seu capital de Cr\$ 50.000,00 para Cr\$ 400.000,00: — Averbe-se.

## Cancelamentos

26 — Conde & Soares, pedindo o seu Cancelamento: — Cancele-se, arquivado o distrato social.

27 — Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau, advogado, pedindo o cancelamento do registro da denominação social Perfumaria Pinheiro Ltda.: — Cancele-se, arquivado o distrato social.

## Licenças

28 — José Neves Vilaga, leiloeiro da praça, pedindo licença para efetuar no domingo 17 do corrente, leilão dos móveis e utensílios que guarnecem o prédio n.º 130, à praça Justo Chermont: — Deferido.

29 — Joaquim dos Santos Freitas, leiloeiro da praça, pedindo licença para efetuar no próximo domingo 24 do corrente, lei-



lão do prédio n.º 263, à travessa Campos Sales: — Deferido.

#### Livros

30 — Durante a última semana pediram legalização de livros: — Estabelecimentos Freitas Ltda. A. F. Coelho & Cia., F. Caetano & Cia., Antonio Bechara, Importadora de Utilidades Domésticas, Ltda., Maia & Dourado, Matias Irmão & Cia., Nicolau da Costa & Cia., Leão Bahia & Cia., Ltda., Cia. Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares. — Filial, José I. Franco & Cia. Ltda.,

Barros & Cordeiro. Auto-Volante S. A., José Soares, Erichsen & Cia. Ltda., I. S. Pinto, Cícero Fonseca & Cia. Ltda., A. Monteiro da Silva & Cia. Ltda.. Certidões

31 — Ainda durante a última semana pediram certidões: — Romariz Figueiredo Pamplona, Alter American Corporation — Filial, Guimarães, Parke Davis Industrial, Joaquim Fonseca & Cia., Laboratórios Silva Araújo Russell S. A., Ademir Calumby, Caetanor Verbicaro, Booth Brasil Ltda., e Otavio Meira.

## EDITAIS

### ADMINISTRATIVOS

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

##### Departamento da Receita

Prova de Habilitação para Provimento de duas (2) vagas de Despachante Estadual.

De ordem do Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, e de acordo com o despacho do Exmo. Sr. General de Exército Alexandre Zacarias de Assumpção, Governador do Estado, no processo 0937/GF, relativo ao ofício de 5-3-55, do Sr. Presidente do Sindicato dos Despachantes de Belém, e na conformidade das disposições contidas no REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DOS DESPACHANTES ESTADUAIS E SEUS AJUDANTES, aprovado pelo decreto n.º 1.535, de 27-8-54 (D. O. de 28-8-54), faço público que está aberta, na Secretaria deste Departamento da Receita, nas horas do expediente, isto é, das 7,30 às 12,30 horas, diariamente, pelo prazo de trinta (30) dias, a contar da data da primeira publicação do presente edital, no DIÁRIO OFICIAL do Estado, a inscrição para a PROVA DE HABILITAÇÃO de que trata a letra "b" do referido REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DOS DESPACHANTES ESTADUAIS E SEUS AJUDANTES, necessária ao provimento das duas (2) vagas de Despachantes Estaduais existentes no quadro (art. 24 do citado Regulamento).

A PROVA DE HABILITAÇÃO constará de uma Prova Prática de processamento de despacho (eliminatória) e de um exame escrito de Português (redação e correção de texto) e Aritmética (questões práticas de aplicação no comércio), só podendo se inscrever os Ajudantes de Despachantes, com exercício igual ou superior a dois (2) anos (letra "a" do art. 10 do citado Regulamento).

O pedido de inscrição constará de um requerimento dirigido ao Diretor do Departamento da Receita, instruído pelo candidato, com os seguintes documentos:

- a) prova de ser brasileiro nato;
- b) prova de contar mais de vinte e um (21) e menos de cinquenta e cinco (55) anos de idade, até a data do encerramento das inscrições;
- c) prova de que não sofre de moléstia infecto-contagiosa ou defeito físico que o incapacite para o exercício da função;
- d) ficha corrida da Polícia passada pela autoridade competente;
- e) prova de estar em dia com as obrigações militares;
- f) título de eleitor;
- g) declaração de que conhece as prescrições abaixo determinadas e as quais se submete;

1) Os candidatos aprovados na Prova eliminatória de processamento de despacho submeter-se-ão, logo em seguida, as provas escritas de Português e

Aritmética, no mesmo dia, local e hora prefixados com aviso público que terá a antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas;

2) Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, importando a ausência de candidato na atribuição de grau zero (0) à prova a que tiver faltado;

3) O candidato que se recusar a prestar qualquer prova ou se retirar do recinto durante a realização da mesma ou se tornar culpado de incorreções ou descortezia ficará automaticamente eliminado;

4) Os candidatos terão uma (1) hora para a execução de cada prova escrita, com intervalo de quinze (15) minutos de uma para outra;

5) O candidato que, na hora que lhe for dada, não entregar a prova correspondente a disciplina, será considerado inabilitado;

6) A nota de cada prova escrita (Português e Aritmética) irá de zero (0) a dez (10), sendo até cinco (5) a nota a ser atribuída a cada disciplina;

7) A nota final será a média aritmética resultante da divisão por três (3) da soma das notas obtidas na Prova prática de Processamento de despacho, de Português e de Aritmética.

8) Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem as duas maiores notas. Em caso de empate, será classificado o candidato mais antigo. Persistindo o empate, será classificado o que for casado ou solteiro; o que tiver prole ao que não tiver; e se ambos o tiverem o que tiver maior número de filhos;

9) A Comissão Examinadora será constituída de três (3) membros, sob a presidência do Diretor do Departamento da Receita.

Departamento da Receita da Secretaria de Estado de Finanças, 28 de maio de 1955.

(a.) Dr. José de Albuquerque Aranha, Diretor — Visto: José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças.

(G. — 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12/6/55).

#### SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### Edital de Chamada

Pelo presente edital, fica noticiada a normalista Maria das Mercês Silva, ocupante do cargo de professor de 3.ª entrância, párrafo, C, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar "Paulino de Brito", para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de força maior ou coação ilegal, seja proposta sua demissão nos termos do art. 205, da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios).

Eu Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo, padrão G, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia do Expediente da mesma, a utuei o presente edital, extraído do mesmo

cópia, para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Belém, 25 de maio de 1955. — (a.) Achilles Lima, Secretário de Estado.

(G. — Dias 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 6 e 1, 2, 3, 5/7/955).

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Aforamento de Terras  
O Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia que havendo Moacyr Baracho de Oliveira, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: O imóvel em apreço pertence a seguinte quadra: Cipriano Santos — Rosa Danin — Guerra Passos e Teófilo Condurú, à 13,85 desta.

Dimensões:  
Frente — 5,15 mts.  
Fundos — 41,40 mts.  
Área — 195,4080 mts<sup>2</sup>.

L. Travessão — 4,30.  
Forma: trapezoidal. Confina à direita com o imóvel n.º 248 e a esquerda com o de n.º 244. No terreno há uma barraca coletada sob o n.º 246.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 11 de maio de 1955 — (a.) Valdir Acatauassú Nunes, secretário de Obras.

(T. — 11.276 12, 22/5 e 1/6/55 — Cr\$ 120,00).

##### Aforamento de Terras

Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o Sr. Eduardo Fernandes, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno na quadra: Tiradentes, Henrique Gurjão, Piedade e Benjamin Constant, distando da Piedade 148,00 metros.

Dimensões:  
Frente — 10,00 metros;  
Fundos — 34,00 metros.  
Área — 340,00 metros quadrados.

Tem a forma paralelogramica. Confina por ambos os lados com quem de direito. Terreno baldio.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 7 de dezembro de 1954.

(a.) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras.

(T. — 11.466 — 3, 12 e 23/6/55 — Cr\$ 120,00).

##### Aforamento de Terras

Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a Sra. Maria Joaquina da Costa, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na

quadra: Tiradentes, Henrique Gurjão, Piedade e Benjamin Constant de onde dista 91,90 metros.

Dimensões:  
Frente — 12,00 metros;  
Fundos — 34,00 metros.  
Área — 408,00 metros quadrados.

Tem a forma paralelogramica. Confina de ambos os lados com quem de direito. Terreno baldio.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 7 de dezembro de 1954.

(a.) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras.

(T. — 11.467 — 3, 12 e 23/6/55 — Cr\$ 120,00).

##### Aforamento de Terras

Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a Sra. Odilarina Souza dos Santos, brasileira, casada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Praça Floriano Peixoto, Barão de Mamoré, Américo Santa Rosa e Gentil Bittencourt de onde dista 31,50 metros.

Dimensões:  
Frente — 6,50 metros;  
Fundos — 47,30 metros.  
Área — 307,45 metros quadrados.

Tem a forma paralelogramica. Confina de ambos os lados com quem de direito. No terreno há uma casa coletada sob o n.º 416.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 27 de maio de 1955.

(a.) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras.

(T. — 11.464 — 3, 12 e 23/6/55 — Cr\$ 120,00).

##### Aforamento de Terras

Sr. Dr. Eng. A. Paul Albuquerque, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o Sr. João do Carmo Fontes, brasileiro, solteiro, auxiliar de comércio, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno na quadra: Caripunas, Timbiras, Travessa de Breves e Estrada Nova distando de 95,60 metros.

Dimensões:  
Frente — 5,30 metros;  
Fundos — 50,00 metros.  
Área — 265,00 metros quadrados.

Tem a forma paralelogramica. Confina pelo lado direito com o imóvel n.º 1 e pelo lado esquerdo com o imóvel também n.º 1.

No terreno há uma barraca de madeira, quase em ruínas. Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem preju-



dicados pelo deferimento do referido aforamento, e apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 21 de março de 1955.

(a.) A. Paul de Albuquerque, Secretário de Obras.

(T. — 11.402 — 3, 12 e 23/55 — Cr\$ 120,00).

**Aforamento de terras**

O Sr. Dr. Engenheiro Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a Sra. Nair Silva da Conceição, brasileira casada com o Sr. Luiz Rodrigues da Conceição, residentes nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Vila Leitão, José Pio, 14 de março e Curuçá de onde dista 156,70 metros.

Dimensões:

Frente — 4,20 metros;

Fundos — 21,35 metros;

Área — 89,67 metros quadrados.

Tem a forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 69 e à esquerda com o imóvel n. 75. Terreno baldio.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 20 de maio de 1955.

(a.) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras.

(T. — 11.419 24/5, 3 e 12/55 — Cr\$ 120,00)

**Aforamento de terras**

O Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o Sr. Antonio Carvalho de Oliveira, brasileiro, casado, diarista da Secretaria de Obras, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado no Lote n. 39 do loteamento da Curuzú, frente a uma Passagem fundos à Curuzá, entre Marquês de Herval e Pedro Miranda a 90,00 metros.

Dimensões:

Frente — 8,00 metros.

Fundos — 18,82 metros.

Área — 150,56 metros quadrados.

Tem a forma regular, confinando de ambos os lados com o restante do loteamento.

Convido os heróis confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 25 de março de 1955. — (a.) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras.

(G. — 14 e 24/5 e 3/6/55)

**Aforamento de terras**

O Sr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo o Sr. José Gomes Pereira da Silva, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: O terreno em apreço é o lote 24 do loteamento da Condor.

Frente — 6,10 metros;

Fundos — 24,00 metros;

Área — 146,40 metros.

Forma regular, terreno baldio.

Convido os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 25 de março de 1955. — (a.) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras.

(T. — 11.435 25/5, 3 e 12/6/55 — Cr\$ 120,00)

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO**

**Compra de terras**

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que Blandina Barros da Paixão, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 22.ª Comarca, 62.º Termo, 62.º Município de Maracanã e 160.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Um lote de terras devolutas do Estado, situado no centro da margem esquerda do rio Caripi deste Município, confinando pela frente com o Igarapé do Lago braço do rio Guajará; pelo lado direito com o local conhecido pela denominação de "Toco da Castanheira"; pelo lado esquerdo com a "Gruta dos Mesquitas" e pelos fundos com o Igarapé do meio, braço do rio "Curraí", medindo 2.000 metros de frente por 2.500 ditos de fundos pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendidas do Estado naquele Município de Maracanã.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação.

Belém, Pará, 20 de maio de 1955. — João Motta de Oliveira, O. of. adm.

(T. — 11.420 — 24/5, 3 e 12/6/55 — Cr\$ 120,00)

**Compra de Terras**

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público, que José Trindade, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria pastoril, sita na 19.ª Comarca, 52.º Termo, 52.º Município de Igarapé-Miri e 137.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Acrescimento da Ilha de sua propriedade situada à margem direita da Baía do Marapatá e os fundos para o Igarapé Coelho, à foz do rio Anapú, sendo banhada por todos os lados pela Baía de Marapatá, medindo mais

ou menos 500 metros de comprimento por 300 ditos de largura.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendidas do Estado naquele Município de Igarapé-Miri.

Serviço de Obras da Secretaria de Estado de Obras Terras e Viação do Pará, 1 de junho de 1954.

(a.) João Motta de Oliveira, Oficial Administrativo.

(3-13 e 23/6)

**Compra de Terras**

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que, Benedito José Preto Borges, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria pastoril, sita na 11.ª Comarca, 32.º Termo, 32.º Mu-

nicipio de Salinópolis e 80.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Um lote de terras devolutas, situada no lugar Portinho, Ponta Oeste da Ilha do Atalaia, limitando-se ao Norte, com terras de Marinha por onde mede 400 metros; ao Sul, com terras devolutas do Estado por onde mede 400 metros; a Leste com terras devolutas do Estado, por onde mede 60 metros e a Oeste, com terras pertencentes ao requerente por onde mede 200 metros.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendidas do Estado naquele Município de Salinópolis.

Serviço de Obras da Secretaria de Estado de Obras Terras e Viação do Pará, 2 de junho de 1955.

(a.) João Motta de Oliveira, Oficial Administrativo.

(3-13 e 23/6)

## ANÚNCIOS

### COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

**Ata da Assembléia Geral Extraordinária para reforma de estatutos.**

#### AUMENTO DE CAPITAL

Aos vinte e seis dias do mês de Maio de mil novecentos e cinquenta e cinco, reunidos, em primeira convocação, às 15 horas, na sede social, à Av. 15 de Agosto, n. 213, acionistas que representavam mais de dois terços do capital social, com direito de voto, como tudo se verificou de suas assinaturas no "Livro de Presença", à fls. 2 (dois), com as declarações exigidas na Lei, o Diretor Presidente em exercício, convidou os senhores acionistas, por haver número legal, a elegerem o Presidente da Assembléia. Pôr aclamação, foi escolhido o acionista Dr. Clovis Ferro Costa, que para secretário convidou o acionista Camilo Adelino Lelis. Constituída a mesa, o Presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, que fôra regularmente convocada por anúncio publicado no DIÁRIO OFICIAL dos dias 18, 19 e 20 do corrente mês e nos jornais "Folha do Norte" e "Provincia do Pará" dos dias 17, 18 e 19, também do corrente mês, anúncio que é deste teor: "Cia. de Gás do Pará — Assembléia Geral Extraordinária — Convocação — Na conformidade do deliberado pela Diretoria e aceito pelo Conselho Fiscal, ficam, pelo presente, convidados os senhores acionistas da Cia. de Gás do Pará a se reunirem no próximo dia 26 do corrente, às 15 horas, na sede da sociedade, à Av. 15 de Agosto, n. 213, para deliberarem sobre: a) Reforma dos Estatutos, para aumento do capital social; b) o que ocorrer. A Diretoria (a.) Dr. Saint Clair Martins — Presidente em exercício — (a.) Dr. Alberto Leite — Diretor Superintendente". Disse o Presidente que ia mandar proceder, pôr mim secretário, a leitura da exposição da Diretoria sobre a proposta, que apresentava, do aumento do capital social, proposta que tivera parecer favorável do Conselho Fiscal. São dos seguintes teor os documentos acima referidos, que foram lidos por mim, secretário: "Belém, 14 de Maio de 1955 — Srs. acionistas — Conforme é do vosso conhecimento, a Companhia de Gás do Pará, da qual somos Diretores eleitos, constituiu-se com um capital de hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), mas, nos próprios Estatutos sociais ficou, no Capítulo VIII, sob o título "Das Disposições Transitórias", estabelecido que a sociedade deliberaria, após os atos constitutivos, estarem devidamente registrados, sobre o aumento do capital para dez milhões de cruzeiros ou mais, conforme fôsse necessária. Dando cumprimento a essa disposição estatutária, é que a Diretoria vem propôr o aumento de onze milhões de cruzeiros ao capital da nossa com-



panhia, importância essa que julgamos indispensável para, realmente iniciarmos e levarmos a bom termo a realização do negócio que constitui objeto da nossa sociedade. Tal aumento deverá ser feito com a emissão de onze mil ações do valor nominal de mil cruzeiros cada uma, sendo cinco mil ações ordinárias e seis mil ações preferenciais, assegurando a estas últimas um dividendo mínimo de dez por cento e cumulativo, sem direito de voto, devendo todas elas ser integralizadas, em dinheiro, da forma como deliberar essa Assembléia Geral, observando-se o disposto no artigo 111 do decreto-lei n. 2.627, de 1940. A Assembléia deverá fixar o prazo, não inferior a trinta dias, para o exercício do direito de preferência. Julgando que estando todos vós, acionistas, já suficientemente esclarecidos a respeito dos fins a que se propõem a sociedade, e, ao mesmo tempo, do numerário que necessitaremos para a concretização daquele objetivo, concordarão com o aumento aqui proposto, único que nos permitirá, com êxito, desenvolver os negócios sociais. (a.) **Dr. Saint Clair Martins** — Presidente, em exercício — (a.) **Dr. Alberto Leite** — Diretor Superintendente — Belém, 16 de Maio de 1955 — Srs. Acionistas — Os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados, após demorado exame da proposta da Diretoria, para o aumento de onze milhões de cruzeiros ao capital da Companhia de Gás do Pará, verificaram, não só a sua necessidade, como também a suficiência do aumento para a realização do plano de início e desenvolvimento dos negócios sociais. A proposta merece ser aprovada pelos senhores acionistas e observa os preceitos legais. O Conselho Fiscal — (a.) **Jorge José Chamma** — (a.) **Emídio Pedreira de Albuquerque** — (a.) **Antonio Lira Junior**". Finda a leitura o Presidente submeteu à discussão a proposta de aumento de capital da Companhia. Ninguém tendo querido usar da palavra, foi a proposta submetida à votação, declarando o Presidente que deviam conservar-se sentados os que quisessem aprová-las. Verificou-se que a proposta obtivera aprovação unânime. Pediu a palavra o acionista Atreu Ciriaco Baena e propôs que a Assembléia marcasse o prazo de trinta dias para o exercício do direito de preferência à subscrição das ações pelos atuais acionistas. Findo este prazo ou renunciado pelos acionistas a preferência, a Diretoria ficará autorizada a receber a subscrição de qualquer pessoa, a seu critério. Não havendo quem quisesse discutir, foi a mesma posta em votação, verificando-se ter sido aprovada, unanimemente, da mesma maneira que a anterior. O Presidente depois de encerrar à folha n. 2 (dois), do "Livro de Presença", suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, por mim secretário, no livro próprio, e reaberta a sessão, foi a mesma lida, aprovada e vai ser assinada por todos os acionistas presentes, dela se tirando uma cópia autêntica, datilografada, para os fins legais.

**Clovis Ferro Costa, Camilo Lelis, Saint Clair Martins, Luiz Pranter, Jorge José Chamma, Pedreira de Albuquerque, Atreu Baena, p. p. Edith Camacho Baena, Leonor Baena Monard e Antonia Ciriaco Baena, Atreu Baena, Antonio Lyra Junior, Alberto Leite, Maria de Lourdes Oliveira, Leony Silva, p. p. Oscarina Mendes de Almeida, João H. de Almeida, Durval Freire de Sousa, Tereza Monteiro Maia, p. p. Dalila Martins Constante, Alberto Constante, Osmel Barros Reis, Alberto Corrêa Ralha, Quaresma Gama, Eurico de Almeida Cavalcante, Hermínio Pessoa, Isaac Elias Israel, Elias Gatusse Kalume, p. p. Carlos Gatusse Kalume, Elias Gatusse Kalume, p. p. Cia. Standard de Investimentos, Homero de Sá, Nascimento Costa Ltda..**

#### COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

##### CAPITULO — I

##### — Da denominação, fins, sede e duração —

Art. 1.º — Fica constituída na cidade de Belém-Estado do Pará, uma sociedade anônima que será designada — Companhia de Gás do Pará — e que se regerá pelos seguintes estatutos.

Art. 2.º — A sociedade tem por objetivo: a) — tratamento, acondicionamento, transporte, distribuição e comércio de subprodutos da refinação do petróleo, especialmente gás liquefeito de petróleo; b) — a indústria e o comércio de aparelhos ou equipamentos destinados à utilização dos produtos já mencionados; c) — a instalação ou participação em indústrias ou empresas correlatas.

Art. 3.º — A sociedade tem a sua sede e fôro nesta cidade de Belém — Estado do Pará, podendo instalar agências, filiais ou sucursais em qualquer localidade do país, a critério da Diretoria.

Art. 4.º — O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

##### CAPITULO — II

##### — Do Capital e das Ações —

Art. 5.º — O capital social é de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), dividido em 1.000 (mil) ações, cada uma, de valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), todas ordinárias ou comuns, numeradas de hum a mil.

Art. 6.º — As ações serão integralizadas da seguinte forma: 10% (dez por cento) no ato da subscrição e o restante de acordo com as necessidades, por solicitação da Diretoria, com um prazo de 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 7.º — As ações poderão ser nominativas ou ao portador, sendo as de uma convertíveis na outra espécie mediante solicitação à Diretoria do respectivo titular, correndo as despesas da conversão por conta de quem a solicitar. § único — As ações ao portador serão consideradas nominativas enquanto não integralizadas.

Art. 8.º — A sociedade poderá emitir títulos múltiplos representativos de ações ou cautelas que representem as mesmas ações. Tanto os títulos como as cautelas serão assinadas por 2 (dois) diretores.

Art. 9.º — Cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Art. 10.º — Para maior amplitude de seus empreendimentos, a Sociedade poderá recorrer à participação de capitais nacionais ou estrangeiros, quer pela colocação de suas ações, quer pela emissão de debêntures, preenchidas as formalidades legais.

##### CAPITULO — III

##### — Da Assembléia Geral —

Art. 11.º — A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos primeiros 4 meses de cada ano social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais. § único — Os anúncios de convocação serão publicados pela imprensa, na forma e os prazos da lei, deles constando a ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, local e hora da reunião.

Art. 12.º — Somente poderão tomar parte na Assembléia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no livro competente, até três dias antes da data marcada para a reunião.

Art. 13.º — Os acionistas poderão ser representados na Assembléia Geral por procurador legalmente constituído desde que também acionista e estranho à Diretoria e ao Conselho Fiscal.

Art. 14.º — Na hora marcada para reunião da Assembléia, observada uma tolerância máxima de quinze minutos, os acionistas presentes, se houver número legal em primeira convocação, ou com qualquer número nas demais, assinarão o livro de presença e, escolhendo um presidente e um secretário, para a constituição da Mesa, instalarão a Assembléia.



Art. 15.º) — A Assembléa Geral Ordinária deliberará exclusivamente sobre as contas da administração, balanço anual, parecer do Conselho Fiscal, constituição de reservas, destino e distribuição de lucros e matérias correlatas, elegendo, sempre que oportuno, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como fixando as respectivas remunerações.

Art. 16.º) — Nas Assembléas Gerais, serão exclusivamente tratados os assuntos constantes do anúncio de sua convocação.

Art. 17.º) — As deliberações da Assembléa Geral, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os que ficarem em branco.

#### CAPITULO — IV

##### — Da Diretoria —

Art. 18.º) — A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de cinco Diretores, acionistas ou não residentes no país, eleitos pela Assembléa Geral, com mandato por quatro anos, podendo ser reeleitos.

§ 1.º — Por deliberação da Assembléa Geral poderão ser criados mais cargos de Diretores, até o máximo de 2, com as atribuições e denominações também determinadas pela Assembléa.

§ 2.º — A Diretoria será integrada por um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor-Superintendente, um Diretor-Gerente e um Diretor-Tesoureiro.

§ 3.º — Cada Diretor caucionará 50 (cincoenta) ações em garantia de sua gestão, próprias ou não.

§ 4.º — A posse de cada Diretor será dada pelo Presidente da Assembléa Geral que o tiver eleito, dentro de 5 (cinco) dias da data em que haja prestado caução mediante termo lavrado no livro de atas das reuniões da Diretoria, assinado pelo referido Presidente e pelo Diretor em causa.

Art. 19.º) — Em caso de vaga, impedimento ou ausência temporária na Diretoria, os restantes membros, em reunião conjunta, designarão por unanimidade o substituto para exercer o cargo em aberto, se julgarem necessário, até a primeira Assembléa Geral Ordinária, que elegerá o substituto definitivo.

Art. 20.º) — Não havendo a unanimidade prevista no artigo anterior, será imediatamente convocada a Assembléa Geral para eleger o substituto, salvo se a vaga ou impedimento não impedir o funcionamento regular da sociedade, caso em que poderá ser aguardada a época da convocação da primeira Assembléa Geral Ordinária seguinte.

Art. 21.º) — A Diretoria, além das atribuições legais, compete: 1.º) Por três de seus membros, sendo um deles o Presidente, ou seu substituto legal: a) — criar e extinguir, onde e quando julgar conveniente, sucursais, filiais, agências e escritórios; b) — propôr a liquidação da sociedade, sua transformação ou fusão com outra; c) — sugerir alterações estatutárias, aumento ou diminuição do capital; d) — convocar, quando necessário, a Assembléa Geral, e submeter ao Conselho Fiscal os assuntos de sua alçada; e) — organizar, conferir e assinar os balancetes, balanços, contas de lucros e perdas e o relatório anual; f) — sugerir a forma de distribuição dos lucros líquidos anuais; g) — nomear titulares de cargos de confiança, fixando-lhes os poderes, funções e remuneração; h) — aprovar a subscrição por parte da sociedade, de ações, quotas e demais obrigações de outras, bem como as condições de participação da sociedade na qualidade de acionista ou sócia de outras; i) — determinar novas atribuições específicas eventuais aos diretores. 2.º) Por dois de seus membros, sendo um deles o Presidente ou seu substituto legal, ou o Diretor-Tesoureiro: a) — assinar os respectivos termos de abertura e encerramento e rubricar os livros sociais; b) — nomear e demitir representantes, agentes e empregados, determinando as respectivas funções e salários; c)

— assinar quaisquer atos, contratos e documentos que envolvam a responsabilidade social, ficando expressamente proibidos aceites de favôr, concessões, avais, fianças e outras obrigações que redundem no interesse de terceiros; d) — emitir cheques, movimentar contas-correntes, aceitar, endossar e avalizar títulos, expedir, levantar e transferir ordens de pagamento, realizando toda e qualquer operação bancária ou de crédito, inclusive dando em garantia bens e haveres sociais; e) — alienar ou onerar por qualquer forma, adquirir, permutar, arrendar, dar em pagamento, ceder e transferir, renunciar e por qualquer forma transmitir ou gravar os bens sociais, confessando, firmando compromissos e transações, transmitindo, desistindo, recebendo, dando quitação e assinando tudo o mais que for relativo às operações sociais.

§ Único — Será lido aos diretores, observados os preceitos deste artigo, nomear procuradores da sociedade, desde que especificados em cada instrumento aos poderes do mandato.

Art. 22.º) — As atribuições específicas dos diretores, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, serão as seguintes: 1) — Do Presidente: a) presidir às reuniões da Diretoria e zelar pelo cumprimento de suas resoluções; b) instalar as Assembléas Gerais; c) coordenar os trabalhos e funções dos demais diretores; d) assinar, em conjunto com um dos demais diretores, as cautelas, ações ou títulos múltiplos. 2) — Do Vice-Presidente: a) por indicação do Presidente, em suas faltas ou impedimentos, substituí-lo em parte ou no todo de suas funções; b) os demais atos que lhe forem atribuídos pela Diretoria. 3) — Do Diretor Superintendente: a) dar execução às decisões da Diretoria; b) superintender as atividades administrativas e comerciais da empresa, com a permanente colaboração dos demais diretores. 4) — Do Diretor-Gerente: ter a seu cargo a execução da parte comercial. 5) — Do Diretor-Tesoureiro: a) orientar, fiscalizar e manter sob sua responsabilidade, a contabilidade, o estado da caixa, a guarda e a aplicação de todos os valores, o movimento bancário; b) praticar todos os demais atos especificados no artigo 21, destes estatutos.

Art. 23.º) — Qualquer membro da Diretoria poderá convocar os demais para reuniões extraordinárias, devendo obrigatoriamente haver uma reunião ordinária por mês.

Art. 24.º) — As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de Diretores presentes em reuniões que funcionarem com o comparecimento de, pelo menos, três membros.

Art. 25.º) — A sociedade será representada para prestar depoimento pessoal em juízo pelo diretor que a critério do Presidente, tiver mais direto conhecimento do assunto a ser versado.

Art. 26.º) — Cada membro da diretoria perceberá a remuneração que for fixada em Assembléa Geral, sem prejuízo da gratificação decorrente da porcentagem sobre lucros líquidos anuais.

#### CAPITULO — V

##### — Do Conselho Fiscal —

Art. 27.º) — O Conselho Fiscal é constituído de três membros efetivos e de suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembléa Geral Ordinária, que lhes fixará os proventos, cabendo-lhes as funções previstas pela Lei.

§ 1.º — O Conselho Fiscal se reunirá pelo menos uma vez em cada trimestre, a fim de conhecer os balancetes mensais, fiscalizar o andamento dos negócios, examinar os livros e papéis da sociedade, o estado da caixa e das carteiras, lavrando-se da reunião, em livro próprio, a respectiva ata.

§ 2.º — A convocação de suplentes, quando necessária, será feita pela Diretoria, observada, sempre que possível, a ordem da eleição.



## CAPÍTULO — VI

## Do exercício social, reservas e distribuição de lucros

Art. 28.º) — Cada exercício social começa a 1.º de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29.º) — Levantando o balanço de acordo com as prescrições legais, feitas as necessárias amortizações, deduzir-se-ão, na ordem abaixo:

1.º) — 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal;

2.º) — 10% (dez por cento) para o fundo de previsão destinados a cobrir possíveis depreciações eventualmente verificadas;

3.º) — A soma necessária para o pagamento de um dividendo mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor nominal das ações em que se divide o capital social;

4.º) — Do saldo que houver 10% (dez por cento) serão destinados à gratificação aos membros da Diretoria de acordo com a proporção estabelecida a critério da Assembléia Geral; 10% (dez por cento) serão destinados à gratificação dos empregados, cuja distribuição será feita se e quando a Diretoria julgar conveniente e segundo o critério e merecimento que livremente estipular. O restante terá o destino que a Assembléia determinar.

§ Único — Não serão distribuídas as gratificações do item 4., supra, no exercício em que não haja a distribuição de um dividendo mínimo de dez por cento (10%) sobre o valor nominal das ações em que se divide o capital social.

Art. 30.º) — Os dividendos não reclamados dentro de cinco anos, contados do aviso de pagamento, prescreverão em favor da sociedade.

## CAPÍTULO — VII

## — Da liquidação —

Art. 31.º) — A sociedade entrará em liquidação nos casos e pela forma previstos em Lei, competindo à Assembléia Geral estabelecer a forma da liquidação e eleger os liquidantes, os quais agirão sob a fiscalização do Conselho Fiscal.

## CAPÍTULO — VIII

## — Das Disposições Transitórias —

Art. 32.º) — Depois de registrados os atos constitutivos, a sociedade deliberará sobre o aumento de capital para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) ou mais, se necessário for.

Registrada na Junta Comercial, sob o número 192/55 e publicada no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1955.

Representantes credenciados para vendas das ações:

Alberto Caldas

João Pessoa Sobrinho

José Luiz Verceré

Homero de Sá

Inácio Godin.

(Ext. — Dias 1, 2 e 3,55)

## DIÁRIO DO MUNICÍPIO

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM  
PORTARIA N.º 9/55 — DE 31 DE MAIO DE 1955

O Diretor Geral da Secretaria da Câmara Municipal de Belém, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Revogar a Portaria n.º 26/54, de 22 de dezembro de 1954, desta Diretoria Geral na parte con-

cernente à funcionária Abigail Porpino Sidrim, para transferir o seu período de férias que posteriormente será fixado.  
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Secretaria da Câmara Municipal de Belém, 31 de maio de 1955.

Dr. Osvaldo Melo  
Diretor Geral da Secretaria

## DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

LEI N.º 1142 DE 20 DE MAIO DE 1955

Abre crédito especial para pagamento de aluguel de estações fiscais.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do artigo 29, da Constituição Política do Estado, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito especial de cento e nove mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 109.800,00), destinado a ocorrer ao pagamento do aluguel de casas particulares ocupadas por Mesas de Rendias, Coletorias, Postos e Agências Fiscais do interior do Estado, à razão de trezentos cruzeiros mensais, cada uma, no período de julho a dezembro de 1954.

Art. 2.º — As estações fiscais que funcionarem em prédios do Estado não serão contemplados com os benefícios desta lei.

Art. 3.º — Ficam revogadas as disposições constantes do artigo 10 da lei número 378, de 28 de agosto de 1950.

Art. 4.º — O encargo previsto nesta lei correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 20 de maio de 1955.  
(Efraim Ramiro Bentes — Presidente em exercício).

Processo N.º 146

LEI N.º 1144 DE 20 DE MAIO DE 1955

Concede auxílio especial, para os festejos comemorativos do Centenário da cidade de Mocajuba.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do artigo 29, da Constituição Política do Estado, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a abrir o crédito especial de cem mil cruzeiros (100.000,00), como auxílio especial do Estado ao Município de Mocajuba, para comemoração do seu Centenário e que correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis.

Art. 2.º — A importância referida no art. 1.º será entregue a quem presidir a Comissão encarregada desses festejos.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 20 de maio de 1955.  
(Efraim Ramiro Bentes — presidente em exercício).

Processo N.º 311

LEI N.º 1146 DE 20 DE MAIO DE 1955

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como auxílio à construção da Igreja Matriz de Ourém, neste Estado.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do artigo 29, da Constituição Política do Estado, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito

especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), no corrente exercício, em favor da construção da Igreja Matriz de Ourém, neste Estado.

Art. 2.º — O auxílio financeiro constante da presente lei correrá à conta dos recursos disponíveis do Estado, e será pago na forma preestabelecida pela Secretaria de Finanças.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 10 de maio de 1955.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 20 de maio de 1955.

(Efraim Ramiro Bentes — Presidente em exercício).

Processo N.º 309

LEI N.º 1147 DE 20 DE MAIO DE 1955

Autoriza a abeitura do crédito especial de Cr\$ 30.000,00, como auxílio à reconstrução da Igreja Matriz de Bujarú.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do artigo 29, da Constituição Política do Estado, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 30.000,00, (trinta mil cruzeiros) no corrente exercício, em favor da reconstrução da Igreja Matriz de Bujarú, neste Estado.

Art. 2.º — O auxílio financeiro constante da presente lei correrá à conta dos recursos disponíveis do Estado e será pago na forma preestabelecida pela Secretaria de Finanças.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 20 de maio de 1955.

(Efraim Ramiro Bentes — Presidente em exercício).

Processo N.º 320

LEI N.º 1148 DE 20 DE MAIO DE 1955

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, (cinquenta mil cruzeiros), como auxílio à construção da Igreja de N. Senhora dos Navegantes, em Ponta Negra, município de Muaná.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, nos termos do § 4.º do artigo 29, da Constituição Política do Estado, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado a auxiliar a construção da Igreja de N. S. dos Navegantes, em Ponta Negra, município de Muaná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 20 de maio de 1955.

(Efraim Ramiro Bentes — Presidente em exercício).





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XX

BELEM — SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1955

NUM. 4.390

EXPEDIENTE DE 1.º DE JUNHO DE 1955

Juiz de Direito da 12.ª Vara  
zc. a 22.  
Juiz — Dr. JOÃO BENTO DE SOUSA.

Ação ordinária: A.A., Aureliano Pires e outros; R., Sindicato dos Estivadores de Belém — Marcou o dia 7 do corrente, às 10,30, para o prosseguimento.

—Executivo hipotecário: A., Caixa Econômica Federal do Pará; R., J. Benzecry & Filho — Determinou seja cumprido pelo Oficial de Justiça o mandado imediatamente.

—Ação ordinária: A., I. dos Maritimos; R., Otávio Ribeiro de Andrade — Diga o autor.

—Idem: A., José Maria do Nascimento; R., Cia. Boavista de Seguros — Mandou renovar as diligências para o dia 10 de junho corrente, às 10,30 horas.

—No requerimento de Josefina Maués de Vasconcelos — Deferiu o pedido.

Juiz de Direito da 3ª. Vara  
Juiz — Dr. MILTON LEÃO DE MELO.

Restituição de posse: A., Dr. Scylla Lage da Silva; R., Antonio Arruda Lima — A cartório, para juntada de uma petição apresentada e despacho.

—Renocatória: A., F. S. Carapato e Cia. Ltda.; R., Augusto Eduardo Pinto e outros — Deferiu o pedido fls. 177.

—Inventário de Floria Santarém Penalber Romão — Mandou tomar por termo a partilha.

—No requerimento de Antônio Patrocínio da Silva — Conclusos.

—Ação ordinária: A., Pickrell, Representações S. A.; R., Sarah Judith Alves de Sousa Cruz — Diga a autora.

—No requerimento de Tereza Boushosa dos Santos e outra — Mandou juntar.

—Reintegração de posse: A., Margarida Amélia de Pinho; R., Jamil José Salim — Mandou dar ciência às partes, do despacho de fls. 60.

Juiz de Direito da 5ª. Vara  
Juiz — Dr. JOSÉ AMAZONAS PANTOJA.

Deferiu os pedidos de registros de Terezinha Marques de Moraes, Benedita dos Santos Rodrigues, Osmar Almeida Alves, João Filgueira, Maria Izabel Gomes Damasceno, Virginia Conceição da Silva, Laice Natalina Conceição, Antonio Santos, Eduardo Pereira, João Batista Rodrigues Ribeiro, Francisco Medeiros, Euclides Pedro da Silva, Maria Izabel de Moura, Irs Sacramento Vianna, Aurca dos Santos e Adolfo Colin Neto.

—Despejo: A., Jacob Alves; R., Elmar Machado — Arbitrou em Cr\$ 1.200,00 os honorários do advogado.

—Retificação: — Requerente, Maria Altair Vasconcelos e Barboza — Deferiu.

—Idem, por Paulo Edmundo Pacheco — Deferiu.

—Alvará: Requerente, Dr. Joaquim Gomes de Moraes e Sousa — Diga o M. Público.

—Averbação: Requerente, Gui-

lia Oliveira Cabral — Diga o M. Público.

—Idem, por Marciano Lemos dos Santos — Idêntico despacho.

—No requerimento de A. Monteiro da Silva & Cia. — Conclusos.

—Carta precatória vinda de Coari, Estado do Amazonas — Mandou cumprir.

Juiz de Direito da 6ª. Vara  
Juiz — Dr. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES.

No ofício de n. 176, da Corregedoria Geral da Justiça — Ao Contador.

—No requerimento de Lourival da Costa Azevedo — Mandou notificar.

—Executivo fiscal movido pela Fazenda Municipal contra Hermenegildo B. Lago e outro — A cartório.

—Idem, idem — Sem despacho.

A cartório.

—Ação executiva: A., Salim Geha; R., Raimundo Maurício — Certificou-se o transito em julgado da sentença.

—Inventário de Joaquim Augusto Garrê Bacelar — A adjudicação.

—Reintegração de posse: A., o Governo do Estado do Pará; R., Diários Liberais S. A. — Marcou o dia 22 do corrente, às 10,30, para o prosseguimento.

—Comisso: A., Prefeitura de Belém; R., João da Costa. — Nomeou Curador à lide o Dr. Fernando Cruz.

—Consignação: A., Antonio Miguel Taveira; R., Prefeitura de Belém. — Mandou aguardar o prazo para contestação.

—Inventário de Minervina Lemos Colares — A adjudicação.

Juiz de Direito da 7ª. Vara  
Juiz — Dr. JULIO FREIRE GOUVEIA DE ANDRADE.

No requerimento de Manoel Luiz Rodrigues Brandão — Mandou citar a suplicada para comparecer a Juízo no dia 15, às 9 horas.

—No requerimento de Mancel Nascimento de Oliveira — Conclusos.

—Desquite amigável: Requerentes, Almir Maia Seixas e Janete Moraes Seixas — Mandou averbar.

—Pretoria do Cível e Comércio — Pretora — Dr. MARIA ESTELA DE PINHO CAMPOS.

No requerimento de Manoel Batista de Oliveira — Mandou citar.

—Idem de Antonio Nunes de Abreu — Idêntico despacho.

—Idem de Juvenal de Souza Leal — Mandou notificar.

—Idem de Alice Martins Franco — Mandou citar.

—Idem de Francisco dos Chapas Barbosa — Mandou citar.

—Idem de A. Monteiro da Silva & Cia. Ltda. — Conclusos.

—Despejo: A., Toribio Monteiro Rodrigues; R., Ovidio Timoteo — Em expedição de precatórias.

—Arrolamento de Antonio Teodoro de Paiva — Diga os interessados.

—Consignação: A., Plínio Valfrido de Campos; R., Antonio Navegantes — Diga a parte contrária.

—Litispendência: A., Adriano Gomes Serrano Junior; R., José

Ferreira Diogo — Manteve a sentença agravada.

—Ação executiva: A., Haroldo Perreira — Tecidos; R., J. Machado & Cia. — A Cartório.

—Ação executiva: A., Bento Ramoa da Costa; R., João Batista Barra — Digam as partes litigantes.

## EDITAIS

### JUDICIAIS

#### COMARCA DA CAPITAL LEILÃO PÚBLICO

Com o prazo de 20 dias  
O dr. João Bento de Sousa, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, no exercício cumulativo da 1ª Vara e privativa de Orfãos, Ausentes e Interditos da Comarca da Capital, etc.

FAZ saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que no dia 21 de junho próximo, em hora certa, no local, irão em leilão público de venda e arrematação os terrenos abaixo descritos, pertencentes à herança de Raul Ferreira da Fonseca, da qual é inventariante dona Georgina Medeiros da Fonseca.

As 8,30 horas — Terreno sem edificação, sito à travessa Comandante Ernesto, à Vila do Mosqueiro, município e Comarca desta capital, confinando de ambos os lados com propriedade de quem de direito, medindo 4m,90 de frente por 55m, avaliado em seis mil cruzeiros (6.000,00);

As 9,00 horas — Terreno sem edificação, sito à travessa Comandante Ernesto, à Vila do Mosqueiro, município e Comarca desta Capital, confinando de ambos os lados com propriedade de quem de direito, medindo 11m,00 de frente por 66m, de fundos, avaliado em catorze mil cruzeiros (14.000,00);

As 9,30 horas — Terreno sem edificação, sito à rua Quinze de Novembro, à Vila do Mosqueiro, município e Comarca desta Capital, confinando de ambos os lados com propriedade de quem de direito, medindo 11m de frente por 76m de fundos, avaliado em onze mil cruzeiros (11.000,00).

As 10,30 horas — Terreno sem edificação, sito à Estrada do Chapéu Virado, à Vila do Mosqueiro, município e Comarca desta capital, confinando de ambos os lados com propriedade de quem de direito, medindo 6m,60 de frente por 70m, de fundos, avaliado em quatro mil cruzeiros (4.000,00);

As 11,00 horas — Terreno sem edificação, sito à Estrada do Chapéu Virado, à Vila do Mosqueiro, município e Comarca desta Capital, confinando de ambos os lados com propriedade de quem de direito, medindo 22m,00

de frente por 70m,00 de fundos, avaliado em quinze mil cruzeiros (15.000,00);

As 11,30 horas — Terreno sem edificação, sito à Estrada do Chapéu Virado, à Vila do Mosqueiro, município e Comarca dos lados com propriedade de quem os lados com propriedade de quem de direito, medindo 11m,00 de frente por 70m,00 de fundos, avaliado em oito mil cruzeiros (8.000,00).

Os terrenos acima irão à venda com um desconto de 20%.

Quem pretender arrematar os imóveis acima descritos, deverá comparecer no dia, hora e local declarados, a fim de dar o seu lance ao leiloeiro judicial, sr. Firmino Mota, devendo ser aceito o de quem mais oferecer.

O comprador pagará à banca o preço da arrematação, não sendo aceito fiador nem arrhas e pagará também os impostos que lhe competirem, as comissões do escrivão, leiloeiro, porteiro, custas e a respectiva carta de arrematação.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 24 dias do mês de maio de 1955. Eu, Moacyr Santiago, escrivão, o datilografei e subcrevi. — (a) — João Bento de Sousa.

(1. — 11.463 — 3-6-55 — 180,00)

#### HASTA PÚBLICA

O doutor Agnato de Moura Monteiro Lopes, Juiz de Direito da 6ª Vara, da Comarca da Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente conhecimento que no dia 14 do mês corrente, às 10 hrs., à porta do edifício virem, ou dele tiverem que no dia catorze (14) do mês corrente, as dez horas, à porta da sala deste juízo, irá a público praça de venda e arrematação, pelo porteiro dos auditórios, o seguinte bem penhorado a Demétrio Araújo, no executivo que lhe move Peres Sanches & Cia.

Uma Canôa denominada 'Meu Coração', de pequeno porte, toda construída de madeira de lei, com um mastro e respectivo toldo, medindo 10 metros de comprimento por um dito de pontal e três de boca, com regular condição de navegabilidade, avaliada em Cr\$ 10.000,00 (dez mil



cruzeiros). Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e lugar acima referidos, a fim de dar o seu lance ao porteiro dos auditórios, devendo ser aceito o de quem mais oferecer sobre a avaliação. O arrematante pagará a banca o preço da arrematação, as comissões do escrivão e do porteiro e a respectiva Carta de Arrematação. E para que chegue ao conhecimento de todos, será o presente afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa.

Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 2 de junho de 1955. Eu, Marietta de Castro Sarmento, escrivã o escrevi. — (a) — Agnato de Moura Monteiro Lopes.

(T — 11.465 — 3, 12 e 23-6-55 Cr\$ 180,00)

#### CITACÃO COM O PRAZO DE DEZ (10) DIAS

Ao Exmo. Sr. Marcos Bentes de Carvalho, Ex-prefeito Municipal de Faro

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/1/55, (D. O. de 19/1/55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Marcos Bentes de Carvalho, ex-prefeito Municipal de Faro, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 262), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 31 de maio de 1955. — (a) Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

#### CITACÃO COM O PRAZO DE DEZ (10) DIAS

Ao Exmo. Sr. Pretextato da Costa Alvarenga, Ex-prefeito Municipal de Prainha

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/1/55, (D. O. de 19/1/55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Pretextato da Costa Alvarenga, ex-prefeito Municipal de Prainha, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 126), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 31 de maio de 1955. — (a) Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Edital de citação com o prazo de dez (10) dias, ao Exmo. Sr. Alfen Ferreira de Sousa, ex-prefeito municipal de João Coelho

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 19-1-55), cita, como citado fica, através do presente edital, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Alfen Ferreira de Sousa, ex-prefeito municipal de João Coelho, para, no prazo de dez (10) dias após a

última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 50), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 28 de abril de 1955. — Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. Dias: 30/4; 1, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 31/5 e 1, 2 e 3/6/55)

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Edital de Citação

Citação, com o prazo de dez (10) dias, ao Exmo. Sr. Domingos da Piedade, ex-prefeito Municipal de Inhangapi.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no ato n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 19-1-55), cita, como citado fica através do presente Edital, que será publicado durante 30 dias, o Exmo. Sr. Domingos da Piedade, ex-prefeito municipal de Inhangapi, para, no prazo de dez (10) dias após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 281), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 13 de maio de 1955. Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. — 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31/5, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18/6.

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Edital de Citação

Citação com o prazo de dez (10) dias, ao Exmo. Sr. Santino Sirotheau Corrêa, ex-prefeito Municipal de Santarém.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603 de 20 de maio de 1953 e no Ato n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 19-1-55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante 30 dias, o Exmo. Sr. Santino Sirotheau Corrêa, ex-prefeito municipal de Santarém, para, no prazo de dez (10) dias após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 59), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 13 de maio de 1955. Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. — 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31/5, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18/6.

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Edital de citação com o prazo de dez (10) dias, ao Exmo. Sr. Ernani Gonçalves Chaves, ex-prefeito municipal de Monte Alegre

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/1/55 (D. O. de 19/1/55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Ernani Gonçalves

Chaves, ex-prefeito Municipal de Monte Alegre, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 112), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 24 de maio de 1955. Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. — 26, 27, 28, 29, 31/5, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26/6).

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Edital de Citação

Citação, com o prazo de dez (10) dias, ao Exmo. Sr. Raimundo Maurício da Silva Neves, ex-prefeito Municipal de Capanema

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Ato n. 5, de 14/1/55, (D. O. de 19/1/55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante 30 dias, o exmo. sr. Raimundo Maurício da Silva Neves, ex-prefeito Municipal de Capanema, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 251), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 24 de maio de 1955. Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. — 26, 27, 28, 29, 31/5, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26/6).

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Edital de Citação

Citação com o prazo de dez (10) dias, aos exmos. srs. Adolfo Macedo, ex-prefeito municipal de Almeirim; Marialva Macedo, ex-secretária; Jaime Ramos Castelo Branco, ex-contador; Waldomiro Dias de Azevedo, ex-fiscal; Raimundo Silva, ex-fiscal, todos da referida Prefeitura

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no inciso II, art. 49, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e de acordo com o Ato n. 6, de 18/3/55, (D. O. de 26/3/55), cita, como citado fica, através do presente edital, que será publicado durante trinta (30) dias, que os exmos. srs. Adolfo Macedo, ex-prefeito municipal de Almeirim; Marialva Macedo, ex-secretária; Jaime Ramos Castelo Branco, ex-contador; Waldomiro Dias de Azevedo, ex-fiscal e Raimundo da Silva, ex-fiscal, todos da referida Prefeitura, para no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, instaurado com fundamento nos arts. 35 e 36 da referida Lei n. 603 (Processos ns. 506 e 488, exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953) o qual se apresenta em período final de instrução.

Decorrido o prazo, sem que o citado se manifeste, será encerrada a instrução com o preparo dos autos, a fim de que o processo entre na fase de julgamento.

Belém, 29 de abril de 1955. — (a) Dr. Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. — 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31/5; 1, 2, 3, e 4/6)

#### CARTÓRIO ELEITORAL DA 1ª ZONA

Edital

Pedido de Inscrição

De ordem do doutor Juiz Eleitoral da 1ª. Zona, faço saber aos interessados que requereram inscrição neste Cartório os cidadãos Conceição das Mercês, Ernestina da Cunha Cerqueira Magalhães, José Amauri da Costa Camisão, José Maria Teixeira da Rocha, Juraci Rebelo de Carvalho e Luiz Alberto da Costa Camisão. E, para constar, mandei publicar o presente edital na Imprensa Oficial do Estado e afixar a porta deste Cartório, pelo prazo de cinco (5) dias, dentro do qual poderão os interessados reclamar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 2 dias do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Pedido de Inscrição

De ordem do doutor Juiz Eleitoral da 1ª. Zona, faço saber aos interessados que requereram inscrição neste Cartório os cidadãos Adilson Leão Alfaia, Ana Izabel Pacheco de Almeida, Genésio Ribeiro Farias, José Maria Barra Veloso, Luiza Corrêa de Athaide, Marcos Corrêa Soares, Osmundo Antonio dos Anjos, Zuleide Rebelo de Carvalho. E, para constar, mandei publicar o presente edital na Imprensa Oficial do Estado e afixar a porta deste Cartório, pelo prazo de cinco (5) dias, dentro do qual poderão os interessados reclamar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

de Citação, com o prazo de dez (10) dias, aos exmos. srs. Francisco Chagas da Silva, ex-prefeito municipal de Curralinho; Raimundo Martins

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no inciso II, art. 49, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e de acordo com o Ato n. 6, de 18/3/55 (D. O. de 26/3/55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante trinta (30) dias, os exmos. srs. Francisco Chagas da Silva, ex-prefeito municipal de Curralinho; Raimundo Martins e Miguel Lobato, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, instaurado com fundamento nos arts. 35 e 36 da referida Lei n. 603 (Processo n. 392) exercício de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se apresenta em período final de instrução.

Decorrido o prazo, sem que os citados se manifestem, será encerrada a instrução com o preparo dos autos, a fim de que o processo entre na fase de julgamento.

Belém, 15 de abril de 1955. — (a) Benedito de Castro Frade, ministro presidente.

(G. — 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31/5; 1, 2, 3, e 4/6)

#### CARTÓRIO ELEITORAL DA 1ª ZONA

Edital

Pedido de Inscrição

De ordem do doutor Juiz Eleitoral da 1ª. Zona, faço saber aos interessados que requereram inscrição neste Cartório os cidadãos Conceição das Mercês, Ernestina da Cunha Cerqueira Magalhães, José Amauri da Costa Camisão, José Maria Teixeira da Rocha, Juraci Rebelo de Carvalho e Luiz Alberto da Costa Camisão. E, para constar, mandei publicar o presente edital na Imprensa Oficial do Estado e afixar a porta deste Cartório, pelo prazo de cinco (5) dias, dentro do qual poderão os interessados reclamar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 2 dias do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Pedido de Inscrição

De ordem do doutor Juiz Eleitoral da 1ª. Zona, faço saber aos interessados que requereram inscrição neste Cartório os cidadãos Adilson Leão Alfaia, Ana Izabel Pacheco de Almeida, Genésio Ribeiro Farias, José Maria Barra Veloso, Luiza Corrêa de Athaide, Marcos Corrêa Soares, Osmundo Antonio dos Anjos, Zuleide Rebelo de Carvalho. E, para constar, mandei publicar o presente edital na Imprensa Oficial do Estado e afixar a porta deste Cartório, pelo prazo de cinco (5) dias, dentro do qual poderão os interessados reclamar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.

Segunda Via

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos Flávio Cesar Franco, Francisco Rodrigues Alves e José Paes Henriques, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 1.º dia do mês de junho de 1955. — (a) Wilson Rabelo, escrivão eleitoral.





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1955

NUM. 362

Ata da 158a. sessão ordinária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Aos dez (10) dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se, às nove (9) horas, à av. Independência, n. 184, onde o Tribunal de Contas tem sua sede própria, os srs. ministros Adolfo Burgos Xavier, Lindolfo Marques de Mesquita, Elmiro Gonçalves Nogueira e Mário Nepomuceno de Sousa, sob a presidência do dr. Benedito de Castro Frade, e presença do sr. procurador, dr. Demócrito Rodrigues de Noronha.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, sem restrições, seguiu-se o expediente: of. n. 12, de 29/4/55, do sr. Antonio Pinheiro dos Santos, prefeito municipal de Boa Vista de Irituba; of. n. 9, de 28/4/55, do sr. Altamiro da Silva Barros, prefeito municipal de S. Antonio de Tauá, ambos comunicando a instalação daqueles municípios e posse nos referidos cargos; declaração de bens do sr. Antonio Baltazar Monteiro, prefeito municipal de S. Caetano de Odivelas, e do sr. Wladimir Rossy, prefeito municipal de Fátima, ambas registradas por unanimidade.

Na ordem do dia, é anunciada a votação do julgamento do processo n. 964, referente ao of. n. 130, de 31/3/55, do dr. Claudio Lins de Vasconcelos Chaves, S.E.O.T.V., remetendo o convênio firmado entre aquela Secretaria e a Prefeitura Municipal de Marapanim, para o início da construção do Posto Médico daquela cidade, adiado da sessão anterior, em virtude de o sr. ministro Elmiro G. Nogueira haver solicitado vista do processo, de conformidade com o artigo 27, do Regimento Interno.

O sr. ministro presidente concede a palavra ao sr. ministro Elmiro G. Nogueira, para dar o seu voto, em continuação ao dos srs. ministros Lindolfo Marques de Mesquita e Adolfo Burgos Xavier, proferidos na sessão anterior: — “Semelhante ao objeto destes autos, é o que serviu de base ao processo n. 582, consoante o venerando Acórdão n. 372, de 11/1 do corrente ano (1955), publicado no “Diário da Assembléia”, n. 337, Anexo ao “D. O.” n. 17.810, de 15 do referido mês. Tratava-se, então, de registrar o Convênio firmado, a 16/11/54, entre a SPOTV, e a Prefeitura Municipal de Afuá, no valor de Cr\$ 150.000,00, para ter início a construção do Grupo Escolar desse Município. O crédito orçamentário correspondente achava-se perfeitamente definido na lei n. 683, de 5/11/53, que orçou

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

a Receita e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1954, e na lei especial n. 773-A, de 21/6/54, que especificou o plano de obras a ser executado. No processo em julgamento, a matéria refere-se também a um Convênio firmado, a 10/3 do corrente ano (1955), entre o dr. Claudio L. de V. Chaves, S.E.O.T.V., e o sr. Francisco de Sales Neves, Prefeito Municipal de Marapanim, no valor de noventa mil cruzeiros (Cr\$ 90.000,00), para a construção do Posto Médico desse Município.

A lei n. 914, de 10 de dezembro de 1954, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1955, contém, na verba Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, rubrica Construções de Próprios do Estado, Tabela n. 107, a seguinte dotação:

Material Permanente	
Para construção no exercício — dois milhões de cruzeiros	2.000.000,00

Enquanto as leis ns. 683, relativa ao Orçamento de 1954, e 564, referente ao Orçamento de 1955, subordinaram o crédito para construção no exercício à leis especiais, a atual Lei Orçamentária, acima indicada, apenas registrou o crédito de Cr\$ 2.000.000,00, deixando a sua aplicação a critério do Governo.

Há, por conseguinte, a competente dotação orçamentária, garantindo os encargos do Convênio.

Salientando, para evitar dúvida futura, que a expressão Posto Médico apresenta-se, no Convênio, grosseiramente emendada, quer no original, quer na segunda via, onde é diferente a cor da tinta empregada na datilografia, adote, e nem poderia ser de outro modo, as mesmas conclusões a que este douto Plenário chegou, para deferir o registro do Convênio objeto do citado processo n. 582.

A reprodução de tais conclusões, aqui, justifica-se perfeitamente. Fecho-a, porém, adaptando-lhe, desde logo, o nome da Prefeitura agora contratante e o respectivo valor atribuído às obras.

Elas: Trata-se de um simples convênio, sem as características de contrato, pois nenhuma penalidade foi atribuída à Prefeitura Municipal de Marapanim, que apenas se obrigou a executar as obras, sem as detalhar, no valor de noventa mil cruzeiros (Cr\$ 90.000,00), diretamente ou através de empreita-

da com terceiros.

Nem mesmo a cláusula 4a., cuja redação é ambígua, positiva responsabilidade. Diz ela: “A Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação designará um dos engenheiros do seu quadro para fiscalização das obras, o qual poderá interditar e mandar realizar ou refazer qualquer serviço, desde que não satisfaça os detalhes de projetos e especificações aprovadas, sem ônus para esta Secretaria”.

Entretanto, como esse convênio, é apenas para o alicerce para execução das obras iniciais; como o art. 73, da Lei n. 603, prevê que nos casos omissos será subsidiária da presente lei da legislação sobre o Tribunal de Contas da União e a Lei n. 830, de 23 de setembro de 1949, pela qual se rege aquele Tribunal, estipula o seguinte: “Art. 59 — Não será recusado registro desde logo a contrato por inobservância de exigências, formalidade ou requisitos que possam ser satisfeitos depois de sua assinatura, quer mediante ratificação do ato, por qualquer outro modo; Art. 60 — As disposições relativas aos contratos aplicar-se-ão aos ajustes, acordos e outros atos jurídicos análogos e as prorrogações ou rescisões de uns ou de outros” — o registro solicitado é de ser concedido, mas os efeitos do convênio ficam subordinados a estas formalidades essenciais.

a) — A Secretaria de Estado de Finanças só atenderá a ordem de pagamento referente aos noventa mil cruzeiros (Cr\$ 90.000,00), divididos em duas parcelas de quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 45.000,00), cada uma, após ser a mesma examinada e registrada por este órgão, nos termos do art. 23, inciso V, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

b) — Cumprindo as disposições contidas no art. 25 da mesma lei, por força das quais as ordens de pagamento deverão:

I — ser expedidas por autoridades competentes com indicação, por extenso, do nome do credor ou credores e da importância do pagamento; II — ser imputadas ao título orçamentário devido ou comprometido em crédito adicional registrado, e deduzindo dos saldos correspondentes, no ato do empenho; III — ter sido processadas mediante documentos comprobatórios e na forma da lei; IV — ser conformes aos contratos de que se originam, e V — ser registradas pelo T.C. S.E.O.T.V. fará constar da ordem de pagamento a ser expedida com acerto no referido convênio, o seguinte prazo máximo para execução das obras iniciais: especificação das mes-

mas e cláusula penal aplicável no caso de não ser cumprida a obrigação.

c) — A prestação de contas será feita pelo responsável ou responsáveis a este Tribunal, através da S.O.T.V., dentro de trinta (30) dias, a contar do prazo concedido para a aplicação da importância paga, consoante o art. 23, inciso XIV, e mais estes preceitos da citada lei n. 603: Art. 21, inciso III: Estão sujeitos à prestação de contas: os que, por contrato de empreitada ou fornecimento, se obrigarem para com o Estado e Municípios e os que tenham recebido dinheiro por antecipação ou adiantamento. Parágrafo único do art. 26: No prazo máximo de 30 dias, os responsáveis pela aplicação dos adiantamentos recebidos prestarão conta à repartição competente, a contar do término do prazo concedido para a sua aplicação, sob pena de multa de um por cento (1%) ao mês, calculada sobre o total do adiantamento, até a satisfação desta exigência. Concluo, portanto, o meu voto, acompanhando o sr. ministro relator, na concessão do registro a que está sujeito o convênio, porém subordinando os efeitos do mesmo às especificações legais aqui indicadas, as quais, se tiverem a aprovação do Plenário, deverão constar do competente Acórdão”.

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — “Concedo o registro, nos termos do voto do sr. ministro Elmiro G. Nogueira”.

Voto do sr. ministro Presidente: — “De acordo com o ministro Elmiro G. Nogueira”. Dessa forma, unanimemente foi registrado o convênio constante do processo n. 964, mas por maioria de votos, sujeito o registro às exigências do voto vencedor do sr. ministro Elmiro G. Nogueira.

O sr. ministro Presidente, então, designa o sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, para lavrar o Acórdão, de conformidade com a letra q, seção II, art. 18, do Regimento Interno.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 775.

Como relator, o sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa faz a seguinte exposição: “O ofício n. 274, de 23/2/55, do dr. Arthur Claudio Melo, S.E.I.J., remetendo para registro o contrato de Augusto Leite Pontes, “Horaleiro”, do A. Dom Macedo Costa, com o salário mensal de Cr\$ 1.000,00, e duração do contrato até 30 de junho de 1955, deu origem ao processo n. 775. Do exame feito do contrato verifica-se que o mesmo está revestido de todas as formalidades legais, inclusive a aprovação do sr. Governador do Estado. A S. de Receita informa a existência da dotação própria e a de Des-



essa saldo suficiente para fazer face ao encargo criado com o registro do presente contrato. Com o parecer favorável do dr. Procurador, é o relatório.

Com a palavra, o dr. Procurador manifesta o seu parecer: "Trata o presente processo do pedido de registro de um contrato de locação de serviços entre o Gov. do Estado, através da Superioridade do Asilo Dom Macêdo Costa, e Augusto Leite Pontes, para desempenhar as funções de Horteiro, com o salário mensal de hum mil cruzeiros e de duração até 30/6 do ano em curso. O instrumento do contrato está revestido das formalidades legais, principalmente, por conter a aprovação do Exmo. Sr. Gen. Governador do Estado. A S. de Receita esclarece, a existência da dotação na forma da Tab. n. 40, da Lei Orçamentária em vigor, sob o Título de Pessoal Variável — Contratados; A S. de Despesa informa a existência do recurso financeiro para fazer face ao encargo, com a verificação de um saldo na referida dotação. Pelo exposto, esta Procuradoria é de parecer seja feito o registro solicitado, salvo melhor entendimento deste Egrégio Tribunal".

Anunciada a votação, vota o sr. ministro Mário N. de Sousa, relator: "Tendo o ato contratual observado os requisitos atinentes à espécie, defiro o registro".

**Voto do sr. ministro Adolfo Burgos Xavier:** — "Defiro o registro".

**Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita:** — "De acordo".

**Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira:** — "De acordo".

**Voto do sr. ministro Presidente:** — "De acordo".

Unanimemente foi registrado o contrato de Augusto Leite Pontes, constante do processo n. 775.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 776.

O relator, sr. ministro Adolfo B. Xavier, faz o relatório: "O processo n. 776, consta do ofício n. 274, de 23-2-55, do dr. Arthur Cláudio Melo, S.E.I.J., remetendo para registro o contrato de Aprigio Carvalho de Barros, 'Carpinteiro' do Asilo D. Macêdo Costa, com o salário mensal de Cr\$ 1.000,00, e duração do contrato até 30/6/55. Acompanhando o ofício vem uma via do contrato, revestido das formalidades legais, com a chancela do sr. Gov. do Estado, e assinatura das testemunhas. A cláusula 3a. atribui como remuneração de Cr\$ 1.000,00; a 4a. — a duração do presente contrato será de 1/1/55 a 30/6/55; e a 5a. — a despesa com o pagamento da importância prevista na cláusula 3a., correrá, no exercício, à conta da Tabela 40, consignação 'Pessoal Variável', constante da Lei n. 914, de 10/12/54. A S. de Receita informa que a dotação respectiva é de Cr\$ 221.400,00, e a de Despesa que há saldo suficiente para encerrar a despesa do contrato. Com o parecer favorável do dr. Procurador, é o relatório".

É o seguinte o parecer do dr. Procurador: — "O processo em estudo diz respeito ao pedido de registro de um contrato celebrado entre o Gov. do Estado, através da Irmã Superiora do Asilo D. Macêdo Costa, e Aprigio Carvalho de Barros, para exercer as funções de Carpinteiro, com a remuneração de um mil cruzeiros mensais e de duração até 30 de junho do ano corrente. Os instrumentos de contrato estão revestidos das formalidades legais, contando com a aprovação do exmo. sr. Gov. do Estado. A Seção de Receita esclarece a existência da dotação necessária pela Tabela n. 40, da Lei n. 914, de 10/12/54, e a S. de Despesa informa o

recurso disponível para fazer face ao encargo, apontando ainda um saldo na mesma dotação, do valor de cento e oito mil cruzeiros (Cr\$ 108.000,00). Ante o exposto, esta Procuradoria é de parecer seja deferido o pedido do registro, salvo se melhor compreensão deste Egrégio Tribunal".

Anunciada a votação, vota o sr. ministro Adolfo Burgos Xavier, relator: "Estando perfeitamente legal, defiro o registro".

**Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita:** — "De acordo".

**Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira:** — "Concedo".

**Voto do sr. ministro Mário Napomuceno de Sousa:** — "Concedo o registro".

**Voto do sr. ministro Presidente:** — "De acordo".

Unanimemente, foi registrado o contrato de Aprigio Carvalho de Barros, constante do processo n. 776.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 840, relativo ao ofício n. 270/55, de 14/5/55, do dr. J. J. Aben-Athar, S.E.F. (anexo ao processo — fls. 42).

Na qualidade de relator, o sr. ministro Elmiro G. Nogueira diz: "Processo n. 840 — 2.º julgamento — Relatório: — "Em sua reunião de 19/4 próximo findo, esta Corte, apreciando, para efeito de julgamentos, os presentes autos, que o douto Plenário novamente vai julgar, decidiu o seguinte: Acórdão n. 494 — (Processo n. 840). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. J. J. Aben-Athar, S.E.F., apresentou a esta Corte, nos termos da lei n. 603, de 20/5/53, para julgamento e consequente registro, o crédito suplementar, no valor de onze milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e dezoito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 11.281.918,30), destinado a reforçar as verbas S.E.O.T.V., rubrica Departamento E. de Aguas, sub-consignação Material de Consumo, e Encargos Gerais do Estado, rubrica Diversas, sub-consignação Despesas Diversas, cuja abertura foi autorizada na lei n. 1.100, de 23 do corrente ano (1955), estatuida pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, tendo sido feita a remessa do processo com o ofício n. 125/55, de 10/3, protocolado, neste Orgão, na mesma data, às fls. 124, do Livro n. 1: Acórdão do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que a S.F., como Orgão competente, remeta a esta Corte, nos termos do art. 42, inciso I, da Constituição Estadual, o decreto do Executivo abrindo, com fundamento na lei n. 1.100, de 23, o crédito suplementar em questão. O relatório do feito e as razões do julgamento constam da ata. Belém, 19/4/55. — (aa) Benedito de C. Frade, Ministro Presidente; Elmiro G. Nogueira, relator; Adolfo B. Xavier; Lindolfo Marques de Mesquita e Mário Napomuceno de Sousa. — Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha — Procurador". O ato do Poder Legislativo, publicado no "D.O.", n. 17.852, de 6/3 do ano em curso (1955), e a que se refere o citado acórdão, é do teor seguinte: Lei n. 1.100 — de 2/3/55 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar, na quantia de Cr\$ 11.281.918,30, no orçamento para o ano financeiro de 1955. A A. Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte: Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento para o exercício financeiro de 1955, o crédito suplementar de Cr\$ 11.281.918,30, na forma seguinte: VERBA: — S.O.T.V. — consignação De-

partamento E. de Aguas, sub-consignação Material de Consumo para aquisição de material e mão de obra no serviço de ampliação de Estação de Tratamento — Cr\$ 700.044,90. VERBA: — Encargos Gerais do Estado — Consignação Diversas; sub-consignação Despesas Diversas, para ampliação da rede de abastecimento de água no bairro de Canudos, Terra Firme e Favela e a extensão de uma rede de abastecimento de água no bairro do T. Sem Fio, Cr\$ 10.582.873,40. Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 2/3/55. — Gen. Ex. Alexandre Zacarias de Assumpção, Governador do Estado. J. J. Aben-Athar, S.E.F.; Cláudio L. de V. Chaves, S.E.O.T.V. O ato do Poder Executivo, cuja falta determinou, originariamente, a conversão do julgamento, em diligência, consoante o mencionado Acórdão foi publicado no "D.O.", n. 17.891, de 24/4 último, e assim está redigido: Decreto n. 1.655, de 20/4/55. Abre o crédito suplementar de onze milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e dezoito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 11.281.918,30), para reforço das verbas S. E. O. T. V. e Encargos Gerais do Estado da Lei de Meios em execução. O Gov. do Estado do Pará, usando de suas atribuições e nos termos da lei n. 1.100, de 2/3/55, publicado no "D.O." n. 17.582, de 6/4/55. Decreta: Art. 1.º — Fica aberto o crédito suplementar de onze milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e dezoito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 11.281.918,30), para reforço das seguintes verbas da Lei de Meios, em execução: S.E.O.T.V.: D.E.A. — Material de Consumo — Para a aquisição de material e mão de obra no serviço de ampliação da Estação de Tratamento — setecentos mil quarenta e quatro cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 700.044,90). — Encargos Gerais do Estado: Diversos — Despesas Diversas — Para ampliação da rede de abastecimento de água nos bairros de Canudos, Terra Firme e Favela e a extensão de uma rede de água no bairro do Telégrafo Sem Fio — dez milhões, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e três mil e quarenta centavos (Cr\$ 10.581.873,40). — Total: onze milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e dezoito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 11.281.918,30). Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 20/4/55. — (aa) Gen. Ex. Alexandre Zacarias de Assumpção, Governador do Estado, e José Jacinto Aben-Athar, S.E.F. Pronunciou-se em torno do assunto, desde o 1.º julgamento, emitindo, nos autos, parecer favorável ao registro, o ilustre dr. Procurador. Essa a razão por que, após ser atendida a diligência, o processo não mais lhe foi distribuído. Entretanto, ultimado o Relatório, a palavra ser-lhe-á concedida, para, se quiser, aduzir, verbalmente, outros esclarecimentos a quele parecer. O exmo. sr. dr. J. J. Aben-Athar, S.E.F., através do ofício n. 270/55, de 4/5 do corrente, data em que foi entregue e protocolado às fls. 144, do Livro I, remeteu a esta Corte o aludido processo, para que o mesmo, nos termos da lei n. 603, de 20/5/53, seja definitivamente julgado. Retornam os autos às minhas mãos por despacho do exmo. sr. dr. Ministro Presidente, a 7 do mês corrente, isto é, três (3) dias em seguida à devolução. Sendo hoje dia 10, o julgamento é feito num curto lapso de tempo, justamente o inter-

valo entre uma e outra reunião ordinária. Com as peças aqui referidas e os esclarecimentos prestados, que constituem nitido reflexo do processo, fica preenchido o competente Relatório".

Com a palavra o dr. Procurador expõe o seguinte: "Sr. presidente: A satisfação que foi feita em atendimento à diligência solicitada pelo sr. ministro Elmiro G. Nogueira, em nada altera o ponto de vista desta Procuradoria, razão por que mantenho o parecer anterior, pelo registro do crédito solicitado".

Anunciada a votação, vota o sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira — Relator: — "Trata-se de julgar, agora, pois, foi atendida a diligência indicada no venerando Acórdão n. 494, de 19 de abril último, a legitimidade do crédito suplementar, no valor de onze milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e dezoito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 11.281.918,30), autorizado pela Assembléia Legislativa, aberto pelo Chefe do Poder Executivo e destinado a suprir dotações insuficientes, contidas na lei n. 914, de 10 de dezembro de 1954, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1955. Cumpre-nos verificar, de início, se foi respeitado o prazo que o decreto-lei n. 9.371, de 17 de junho de 1946, estabelece para a remessa dos créditos suplementares a esta Corte.

Em seu art. 2.º, diz a referida lei que serão encaminhadas ao Tribunal de Contas, para efeito de registro, cópias dos decretos de abertura de crédito, dentro dos prazos abaixo, contados a partir da data da publicação dos respectivos atos: dez (10) dias para os créditos suplementares e extraordinários e sessenta (60) dias para os créditos especiais. Aberto o crédito em julgamento, a 20 de abril próximo findo, conforme o decreto n. 1.665, foi este publicado no dia 24 e entregue nesta Corte a 4 de maio em curso, com o ofício n. 270/55, da mesma data. Tudo isso está minuciosamente citado no Relatório.

Na contagem dos prazos — é princípio expresso em texto legal — incluir-se-á, salvo disposição em contrário, o dia do começo e excluir-se-á o do vencimento. Se este cair em dia feriado, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil. Obedecendo tal critério, o prazo destinado à remessa a esta Corte do ato que abriu o aludido crédito suplementar terminaria a 3 e não a 4 de maio corrente, pois a sua publicação no "Diário Oficial" se efetuou a 24 de abril último. Mas, atendendo à diferença mínima assinalada, que não existiria se a contagem do prazo se fizesse despregando o primeiro, e não o último dia após a publicação do respectivo ato, nada levando contra a mencionada remessa.

São dois os créditos orçamentários suplementares: um, na verba Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, rubrica Dep. Estadual de Aguas, sub-consignação Material de Consumo, e outro, na verba Encargos Gerais do Estado, rubrica Diversos, sub-consignação Despesas Diversas.

A citada Lei Orçamentária do corrente ano (1955), registra, de fato, as seguintes dotações: I — Verba Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, rubrica Departamento Estadual de Aguas, Tabela n. 103, sub-consignação Material de Consumo:

Outros artigos ..	800.000,00
Outras utilidades (combustível, consertos e reparos) ..	4.939.156,00
<b>Total ..</b>	<b>Cr\$ 5.739.156,00</b>



Esta dotação foi suplementada com a importância de setecentos mil quarenta e quatro cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 700.044,90), a fim de ser adquirido material e paga a mão de obra, destinados a dar maior capacidade à Estação de Tratamento.

**II — Verba Encargos Gerais do Estado, rubrica Diversos, Tabela n. 115, sub-consignação Despesas Diversas:**

Para ultimção das obras de Abastecimento de Águas de Belém	7.000.000,00
--	--------------

Esta dotação foi suplementada com a importância de dez mil e oitocentos e setenta e três cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 10.581.873,40), a fim de ser ampliada a rede que abastece de água os bairros de Canudos, Terra Firme e Favela e ser feita a extensão de uma rede para o bairro do Telégrafo Sem Fio.

A lei n. 1.100, de 2 de março, que contém a autorização para ser aberto o crédito suplementar de Cr\$ 11.281.918,30, nas duas parcelas indicadas, foi estatuida pela Assembleia Legislativa, com parecer das comissões regimentais e aprovação do Plenário, e sancionada pelo Governador do Estado, e o decreto n. 1.665, de 20 de abril, que concretizou a abertura desse crédito, foi expedido pelo Chefe do Poder Executivo e referendado pelo titular da Secretaria de Finanças.

Disse eu, como relator, ao encerrar o voto que proferi na primeira discussão deste processo:

"Não analizo, neste momento, o aspecto legal do mencionado crédito suplementar, que atinge a soma de Cr\$ 11.281.918,30, porque o meu voto é para converter o julgamento em diligência, a fim de que a Secretaria de Finanças, como órgão competente, remeta a esta Corte o decreto do Executivo abrindo, com fundamento na lei n. 1.100, o crédito suplementar em questão."

Posso, agora, reconhecendo, legítimos os dois atos que servem de base a este novo julgamento, deferir, como defiro, o competente registro, nas duas parcelas especificadas.

**Voto do sr. ministro Adolfo Burgos Xavier:** — "Acompanho o voto do sr. ministro relator."

**Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Presidente:** — "De acordo."

Unanimemente, foi registrado o crédito suplementar de Cr\$ 11.281.918,30, constante do processo n. 840.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 1.015.

O sr. ministro Adolfo Burgos Xavier, relator, faz a seguinte exposição: "O processo n. 1.015 consta do ofício n. 506, de 25/4/55, do dr. Arthur Cláudio Melo, S.E.I.J., remetendo para registro o decreto de aposentadoria de Antonio D. Miranda, Tabelião-Escrivão da Comarca de Bragança, percebendo os proventos anuais de Cr\$ 47.228,80. Acompanhando o ofício de encaminhamento, vem a petição do interessado (fls. 5). A aposentadoria é requerida nos termos do artigo 357, da lei n. 761, de 8/3/53 (Código Judiciário do Estado). Acompanha também, o processo, o balancete dos três últimos anos, assinados pelo tabelião-escrivão de 1.º ofício, Antonio da Silva Pereira, que dá a média dos proventos feito na base do cálculo do rendimento

líquido do Cartório, nos três últimos anos. A informação de fls. 12, da S.F., dá um total de Cr\$ 3.935,70, o cálculo da aposentadoria referida. O decreto governamental está redigido nos seguintes termos: (fls. 3). Vem a certidão provando o tempo de serviço do aposentado, e o parecer do dr. procurador deste Tribunal, favorável ao registro. E o relatório do processo."

Com a palavra, o dr. procurador manifesta o seu parecer: "O presente processo diz respeito ao pedido de registro do Dec. do Exmo. Gov. do Estado, que aposentou a Antonio Dias de Miranda, no cargo de Tabelião e Escrivão da Comarca de Bragança, com os proventos de Cr\$ 47.228,80, por ano correspondente ao disposto no § único do art. 357, da lei n. 761, de 8/3/54. No processo foram obedecidas as formalidades legais para a perfeita validade do ato governamental, que está em absoluta consonância com a prova determinada pela lei reguladora do assunto. Nestas condições, esta Procuradoria é de parecer seja deferido o pedido, para que possa produzir os seus efeitos de Direito, salvo melhor entendimento deste Colendo Tribunal."

Anunciada a votação, vota o sr. ministro Adolfo Burgos Xavier, relator: — "Defiro o registro."

**Voto do sr. ministro Elmiro G. Nogueira:** — "O relatório, o voto do sr. min. relator, e o parecer do dr. procurador apoiam a concessão do registro."

**Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Presidente:** — "De acordo."

Dessa forma, unanimemente foi registrada a aposentadoria, constante do processo n. 1.015.

E é anunciado o julgamento do processo n. 1.017, referente ao ofício n. 506, de 25/4/55, do dr. Arthur Cláudio Melo, S.E.I.J., remetendo o decreto de aposentadoria, de Estrophe de Gonçalves Campos da Silva, prof. de 3a. entrada do grupo escolar Dr. Freitas, percebendo os proventos anuais de Cr\$ 15.000,00.

Como relator, o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita diz: Em obediência ao item III do artigo 15, da lei 603, de 20/5/53, do dr. Arthur Cláudio Melo, ilustre S.E.I.J., enviou ao exame desta Corte de Contas o decreto de aposentadoria da professora Estrophe Gonçalves de Campos da Silva. Acompanha dito decreto o expediente em consequência do qual se processou o ato do governo do Estado. Lavrado de acordo com os artigos 159, item II, do Estatuto dos Funcionários do Estado, e 191, item I, § 3.º, da Constituição Federal, fica nessa situação aquela preceptora amparada com os proventos integrais do cargo, ou seja, Cr\$ 15.000,00 anuais.

Para obtenção do que pleiteou a interessada, em petição datada de 7/2 do corrente ano, juntou ela o competente laudo médico, que a considera definitivamente incapacitada para o exercício de sua profissão, isto após licenças seguidas que obteve para tratamento de saúde, sem êxito, porém. Daí invocar em seu favor os benefícios claramente citados no § 3.º do art. 19, da Constituição Federal, isto é, a aposentadoria com vencimentos integrais, por motivo de molestia profissional adquirida e cuja tendência seria o agravamento total, caso prosseguisse nas atividades do cargo. Este é o relatório."

O dr. procurador, então, expressa o parecer: "A professora Estrophe Gonçalves de Campos da Silva, contando nove anos, dois meses e nove dias de serviço público, prestados ao magistério, requereu e lhe foi concedido pelo Governador do Estado, a sua aposentadoria, nos termos do inciso III, 2a. parte do art.

159, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civil do Estado, e com os vencimentos de Cr\$ 15.000,00 anuais. Do presente processo à fls. 8 e fls. 16 constam os laudos médicos, concluindo pela incapacidade definitiva da funcionária, amparando, dessa maneira o ato governamental que aposentou a mencionada funcionária, com vencimentos integrais, na forma estabelecida no § 3.º, inciso I, do artigo 191, da Constituição Federal. Ante o exposto, esta Procuradoria é de parecer pelo deferimento do registro solicitado, para que possa produzir os seus efeitos de direito, salvo melhor entender deste Egrégio Tribunal."

Anunciada a votação, vota o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, relator: "Perfeitamente legal o ato do sr. governador, que aposentou a professora Estrophe de Gonçalves Campos da Silva, concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Adolfo Burgos Xavier:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira:** — "Jurei suspeição nos autos: Invocando as disposições contidas no art. 18, Seção I, inciso I, alínea D, do Regimento Interno; juro suspeição, por motivo de consciência, para funcionar no julgamento deste processo. Belém, 5/5/55."

**Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa:** — "Peço vista do processo."

Dessa forma, foi suspenso o julgamento do processo n. 1.017, em virtude da solicitação do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa, de acordo com o artigo 27, do Regimento Interno.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 1.019.

Como relator, o sr. ministro Adolfo Burgos Xavier, faz o relatório: "O processo n. 1.019 originou-se no ofício n. 511, de 25/4/55, do dr. Arthur Cláudio Melo, S.E.I.J., remetendo para registro o Dec. de aposentadoria de Gabriel Rodrigues de Sousa, médico legista, lotado no Serviço Médico Legal do D.E.S.P. Apenso ao ofício vem o decreto governamental, (fls. 5). Segue-se uma petição do aposentado (fls. 7). Vem, também, uma certidão passada pelo Serviço de Administração do D.E.S.P., que diz o tempo de serviço do aposentado, de 30 anos, 9 meses e 28 dias. Com o parecer favorável do dr. procurador, desta Corte de Contas é o Relatório."

Com a palavra o dr. procurador manifestou o seu parecer: "O presente processo originado pelo ofício 511, da S.E.I.J., pede o registro do Dec. de aposentadoria do dr. Gabriel Rodrigues de Sousa, como Médico do S.M.L., do D.E.S.P., expedido pelo sr. Gen. Gov. do Estado, em data de 31/3 do corrente ano, fixando os proventos de trinta e oito mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 38.600,00), por ano. O processo está em forma regular, de vez que atendeu a todas as exigências legais reguladoras da espécie. Ouvido o D. do Pessoal, pelo seu Consultor Jurídico, manifestou-se ele pela procedência do pedido, o que foi ratificado pela Chefia do mesmo Departamento. Esta Procuradoria é de parecer seja deferido o pedido do registro do Título de Aposentadoria do dr. Gabriel Rodrigues de Sousa, para que possa produzir os seus efeitos de direito, salvo melhor compreensão deste Egrégio Tribunal."

Anunciada a votação, vota o sr. ministro relator: "Estando perfeitamente legal o decreto de aposentadoria do dr. Gabriel Rodrigues de Sousa, defiro o registro."

**Voto do sr. ministro Lindolfo M. de Mesquita:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Elmiro**

Gonçalves Nogueira: — "Invocando o artigo 18, Seção I, inciso I, alínea D, do Regimento Interno, juro suspeição, por motivo de consciência, para funcionar neste processo."

**Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro presidente:** — "De acordo."

Unanimemente, foi registrada a aposentadoria constante do processo n. 1.019.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 1.046, referente ao ofício n. 260/5, de 30/4/55, do dr. J. J. Aben-Athar, S.E.F., remetendo para registro o contrato de Olgarina Ivany Lopes Sampaio, para os serviços de contabilista, com exercício no S.E.F.

Na qualidade de relator, o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, faz a seguinte exposição: "O presente processo encerra o contrato celebrado entre o Governo do Estado e Olgarina Ivany Lopes Sampaio, para os serviços de Contabilista da S.F., em substituição à Edith Paula de Barros, cujo contrato foi rescindido. A contratada perceberá o salário de Cr\$ 1.800,00 e a despesa correrá por conta da Tab. n. 42, Pessoal Variável da lei 914, de 10/12/54. Com a informação da S. de Despesa, de que há saldo suficiente para a despesa do presente contrato, é o relatório do processo."

O dr. procurador, então, expressa o parecer: "Entre o governo do Estado, por intermédio da S.E.F., e a senhorita Olgarina Ivany Lopes Sampaio, foi estabelecido contrato para prestação de serviços, por parte desta, no cargo de Contabilista, para desempenhar as funções até o mês de dezembro do ano corrente, com o salário mensal de um mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 1.800,00), devendo as despesas correrem pela Tabela n. 42, da lei n. 914, de 10/12/54. O instrumento de contrato está revestido das formalidades legais, inclusive, com a aprovação por parte do exmo. sr. Gen. Governador do Estado. Ouvida, na hipótese, a Seção de Receita deste Tribunal, manifestou-se ela pela existência da dotação do crédito necessário, na forma da Tabela citada, pelo titular da Secretaria contratante; a S. de Despesa declarou a existência do recurso disponível, com um saldo do valor de oitenta e três mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 83.700,00). Esta Procuradoria, opina pelo deferimento do pedido de registro, para que possa ele produzir os seus efeitos de Direito, salvo melhor compreensão deste Colendo Tribunal."

Anunciada a votação, vota o sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, relator: "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Adolfo Burgos Xavier:** — "Concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Elmiro G. Nogueira:** — "Reconhecendo o sr. ministro relator que os vencimentos atribuídos não ferem o direito do funcionário efetivo, concedo o registro."

**Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa:** — "Defiro o registro."

**Voto do sr. ministro presidente:** — "De acordo."

Unanimemente, foi registrado o contrato constante do processo n. 1.046.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, às 10,30 horas, e o sr. ministro Presidente mandou que eu, OSSIAN DA SILVA BRITO, Secretário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, fizesse lavrar a presente ata, que, lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelo sr. ministro Presidente.

Belém, 10 de Maio de 1955.

(aa) **Benedito de Castro Frade** — Ministro Presidente.

**Ossian da Silveira Brito** — Secretário.